



GLÁUCIA FERNANDA DE RESENDE

**CAPITAL SOCIAL E EMPODERAMENTO NO
DESENVOLVIMENTO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE
AGRICULTORES FAMILIARES**

**LAVRAS - MG
2018**

GLÁUCIA FERNANDA DE RESENDE

**CAPITAL SOCIAL E EMPODERAMENTO NO DESENVOLVIMENTO DE UMA
ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para a obtenção do título de Mestre.

Dr. Marcelo Márcio Romaniello
Orientador
Dra. Sara Maria Chalfoun de Souza
Coorientadora

**LAVRAS - MG
2018**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha
Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados
informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Resende, Gláucia Fernanda de.

Capital Social e Empoderamento no desenvolvimento de uma
Associação de Agricultores Familiares / Gláucia Fernanda de
Resende. - 2018.

90 p. : il.

Orientador(a): Marcelo Márcio Romaniello.

Coorientador(a): Sara Maria Chalfoun de Souza.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de
Lavras, 2018.

Bibliografia.

1. Capital Social. 2. Empoderamento. 3. Associativismo. I.
Romaniello, Marcelo Márcio. II. Souza, Sara Maria Chalfoun de.
III. Título.

GLÁUCIA FERNANDA DE RESENDE

**CAPITAL SOCIAL E EMPODERAMENTO NO DESENVOLVIMENTO DE UMA
ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES**

**SOCIAL CAPITAL AND EMPOWERMENT IN THE DEVELOPMENT OF A
FAMILY FARMERS 'ASSOCIATION**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 27 de abril de 2018.

Dr. Djalma Ferreira Pelegrini EPAMIG

Dr. Rafael Eduardo Chiodi UFLA

Dr. Marcelo Márcio Romaniello
Orientador
Dra. Sara Maria Chalfoun de Souza
Coorientadora

**LAVRAS - MG
2018**

AGRADECIMENTOS

Deus! Obrigada por me conceder saúde, paciência, sabedoria e iluminar sempre meus passos na busca pelas conquistas desafiadoras, mas sempre possíveis com sua Luz!

Agradeço aos meus pais Oromar e Arinda e aos meus irmãos, principalmente ao Mauro Lúcio que me deu um grande incentivo, além dos cunhados (as) e sobrinhos (as) pela compreensão nos momentos de ausência além do incentivo e apoio sempre!

À Universidade Federal de Lavras pela oportunidade de realização do curso.

A toda a equipe docente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão (PPGDE) pela contribuição na agregação de conhecimento e à Flávia que muito contribui no dia a dia com seu trabalho.

Ao Dr. Marcelo Romaniello pela orientação.

À Dra. Sara Chalfoun (EPAMIG) pela coorientação, pela amizade, ensinamentos, sugestões e disposição para ajudar sempre.

Aos membros da banca, Dr. Rafael E. Chiodi e Dr. Djalma F. Pelegrini pelas contribuições valiosas e ensinamentos que permitiram o aperfeiçoamento do trabalho.

Aos agricultores familiares associados da Afasa que muito contribuíram com a realização deste trabalho, pelo respeito em informar dados relevantes e a confiança depositada na pesquisa.

À Dra. Vanda Cornélio (EPAMIG), pela amizade, confiança, incentivo incondicional e compreensão pelas ausências além do apoio à concretização da pesquisa de campo.

Agradeço também à equipe de Difusão de Tecnologias da EPAMIG Sul pelo companheirismo e amizade, principalmente ao Alessandro e ao Bruno pelo tempo dedicado para que eu pudesse efetuar a pesquisa de campo.

A todos os demais colegas da EPAMIG pela amizade e carinho.

A cada um dos Amigos integrantes da turma do PPGDE/ 2016 pela amizade, companheirismo, união e apoio desde o início.

Agradeço aos demais amigos, presentes e aqueles que estão distantes, que com uma simples palavra de conforto me deram forças para enfrentar esta caminhada. De maneira especial à Jéssica Gentil pela paciência e pelas sábias palavras nos meus momentos de angústia.

RESUMO

O estudo foi realizado na Associação dos Cafeicultores Familiares de Santo Antônio do Amparo (Afasa) localizada no município mineiro Santo Antônio do Amparo. O objetivo principal foi analisar a existência de Capital Social e o empoderamento dos associados desta organização. Para isso buscou-se identificar a existência de participação ou envolvimento, cooperação ou ação coletiva e confiança dos associados, que são variáveis importantes do capital social. Além disso, o estudo possibilitou também realizar uma análise da percepção de Empoderamento por parte destes associados. Partiu-se da hipótese de que a busca por objetivos comuns em uma relação constituída por participação, ajuda mútua e confiança, proporcionam o empoderamento dos atores sociais. A pesquisa foi realizada utilizando das abordagens qualitativas e quantitativas e foram estabelecidos alguns passos que possibilitaram a busca dos objetivos propostos. Estes passos valeram-se de visita e entrevista para conhecer a organização de estudo, recolha de informações relacionadas ao universo da pesquisa, elaboração de um roteiro de entrevistas que gerou um questionário semi estruturado, aplicação das entrevistas a 16 associados de um universo composto por 61 membros e análise de conteúdo. Verificou-se que os associados participam das assembleias e de eventos para se inteirarem melhor dos assuntos relacionados à sua atividade no dia a dia. A ausência de conflitos revelou-se como um fator positivo por interferir negativamente na participação das pessoas nos grupos. Um fator preponderante de participação, também ficou expresso pela confiança em se informarem melhor na associação ou junto aos membros por meio de redes sociais, ressaltando que a participação tende a ser mais abrangente quando se tem uma maior aproximação entre os membros. Verificou-se também que os associados sempre se ajudam e esta ajuda refere-se principalmente à troca de informações possibilitadas pelas redes sociais disponíveis ressaltando na agregação de conhecimento. Um fator primordial de confiança foi retratado pela “transparência” entre os integrantes e isto refletiu no incentivo a outras pessoas para se associarem. O empoderamento foi evidenciado pelo trabalho conjunto e as conquistas adquiridas, proporcionadas pela agregação de valor ao produto, acesso a infraestrutura e inclusão ao mercado de café inclusive o externo. O empoderamento foi evidenciado nas entrevistas quando os entrevistados frisavam a situação de desamparo vivida por eles anteriormente e que foi resolvida com a inserção na associação tornando-se indivíduos mais influentes.

Palavras-chave: Associativismo. Participação. Cooperação. Confiança.

ABSTRACT

The study was carried out at the Association of Family Coffee Growers of Santo Antônio do Amparo (Afasa) located in the municipality of Santo Antônio do Amparo. The main objective was to analyze the existence of Social Capital and the empowerment of the members of this organization. For this purpose, we sought to identify the existence of participation or involvement, cooperation or collective action and trust of the associates, which are important variables of social capital. In addition, the study also enabled an analysis of the perception of Empowerment by these associates. It was hypothesized that the search for common goals in a relationship constituted by participation, mutual help and trust, provide the empowerment of social actors. The research was carried out using the qualitative and quantitative approaches and some steps were established that enabled the search of the proposed objectives. These steps involved visiting and interviewing the study organization, collecting information related to the universe of research, drawing up a script of interviews that generated a semi-structured questionnaire, applying the interviews to 16 members of a universe composed of 61 members and content analysis. It was verified that the members participate in the assemblies and events to better understand the subjects related to their activity in the day to day. The absence of conflicts proved to be a positive factor because it interfered negatively in the participation of people in the groups. A preponderant factor of participation was also expressed by the trust in being better informed in the association or with the members through social networks, emphasizing that the participation tends to be more comprehensive when there is a greater rapprochement among the members. It was also verified that the associates always help themselves and this help refers mainly to the exchange of information made possible by the available social networks emphasizing in the aggregation of knowledge. A primary confidence factor was portrayed by the "transparency" among the members and this reflected in encouraging others to join. Empowerment was evidenced by the joint work and the achievements, provided by the aggregation of value to the product, access to infrastructure and inclusion in the coffee market, including the external market. Empowerment was evidenced in the interviews when the interviewees stressed the situation of helplessness that they had previously experienced and which was resolved by their insertion into the association, becoming more influential individuals.

Keywords: Associativism. Participation. Cooperation. Confidence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - (A) Construção da Sede da AFASA; (B) Trabalho dos associados na Construção.	51
Figura 2 - Conclusão da obra do galpão e instalação das máquinas.	51
Figura 3 - Embalagem de café exportado para a <i>Atlas Coffee Importers</i>	52
Figura 4 - (A) Sede; (B) Sala de Classificação; (C) Terreiro de secar café; Estrutura para o preparo do café; (D) Secador, (E) (F) máquina de beneficiar.	55
Figura 5 - Armazém com disposição das sacas por lotes.	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tempo em anos de associação e grau de envolvimento na associação.....	58
Tabela 2 - Fontes de informações que os associados buscam.	61
Tabela 3 - Frequência com que as pessoas se ajudam na associação.....	64
Tabela 4 - Em que os associados se ajudam na associação.	64
Tabela 5 - Entendimento de confiança quando se trata da relação dentro da associação.....	70
Tabela 6 - Análise do entendimento sobre confiança entre faixas etárias.....	71
Tabela 7 - Como foi a inserção na associação.	71
Tabela 8 - Relação do tempo e forma como o associado se inseriu na organização.....	72
Tabela 9 - Vantagem dos entrevistados submeterem sua produção à Afasa.	74
Tabela 10 - Benefício de fazer parte do grupo.....	77

LISTA DE SIGLAS

AFASA	Associação dos Agricultores Familiares de Santo Antônio do Amparo
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
BPA's	Boas Práticas Agrícolas
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Cocatrel	Cooperativa dos cafeicultores da Zona de Três Pontas
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CF/ 88	Constituição Federal de 1988
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Minas Gerais
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
ha	Hectare
HRNS	Fundação <i>Hanns R. Newmann Stiftung</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEAPA	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<i>Sun – Coffee</i>	Cooperativa de Exportadores de café
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UCP	Unidade Comunitária de Processamento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1	A cafeicultura como norteadora do desenvolvimento local e do associativismo ..	14
2.2	Agricultura Familiar.....	17
2.3	Associativismo	22
2.3.1	Associações de produtores	28
2.4	Capital Social	30
2.4.1	Participação.....	33
2.4.2	Cooperação.....	36
2.4.3	Confiança.....	38
2.5	Empoderamento.....	41
3	METODOLOGIA	46
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	49
4.1	Resgate Histórico da Associação dos Agricultores Familiares de Santo Antônio do Amparo (Afasa)	49
4.2	Perfil dos entrevistados	56
4.3	Capital Social	57
4.3.1	Participação.....	57
4.3.2	Cooperação.....	63
4.3.3	Confiança.....	69
4.4	Empoderamento.....	73
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
	REFERÊNCIAS.....	81
	APÊNDICES	87

1 INTRODUÇÃO

A cafeicultura é uma atividade agrícola existente no Brasil desde o século XVIII e tornou-se um dos principais produtos da pauta de exportação em meados do século XIX. Foi destaque na produção dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, mas enfrentou crises diversas que levaram ao enfraquecimento das lavouras em anos sequenciais como fortes geadas e aparecimento de pragas devastadoras, além da elevação dos preços do produto no mercado internacional, que propiciaram a sua ampliação às novas regiões promissoras, como Minas Gerais e Espírito Santo. Atualmente, estes estados permanecem importantes no mercado, como principais produtores de café. Por meio dos últimos dados levantados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em maio de 2018, confirmou-se a notória importância da cafeicultura mineira como principal atividade econômica em decorrência do volume de produção, área ocupada, movimentação de capitais além dos empregos gerados. Os dados permitiram ressaltar que 70% da área ocupada com a produção de café *arábica* no país pertencem ao estado de Minas Gerais.

Outro fator que coloca Minas Gerais em posição de destaque perante os outros estados brasileiros é a produção de café da agricultura familiar, com ênfase para a mesorregião Sul/Sudoeste e que, com base nos dados do último censo ocorrido em 2006, produz 30,0% no total nacional e 51,0% no total estadual, no que se refere à produção de café *arábica*. Os dados relacionados à participação atual da agricultura familiar na cafeicultura revelam os avanços experimentados em decorrência do histórico contexto de luta pela inserção em um espaço dominado pelos grandes latifúndios e modernização agrícola. Dentre os municípios mineiros produtores de café e com predomínio de cafeicultores familiares, encontra-se o município de Santo Antônio do Amparo, que conforme divisão geográfica de Minas Gerais situa-se na microrregião de Oliveira, pertencente à Mesorregião Centro-Oeste. Geograficamente, está muito próximo à maior mesorregião produtora de café do Brasil que é o Sul/Sudoeste de Minas e por isso, possui condições edafoclimáticas propícias para uma produção de café de excelente qualidade (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS - ALMG, 2017).

Os agricultores familiares são importantes atores na produção de alimentos e na economia do país. Entretanto estão inseridos em um cenário de modernização da agricultura com predomínio de grandes propriedades conferindo uma produtividade alta em comparação à sua produção que muitas vezes é em pequena escala e não possuem acesso aos equipamentos necessários para agregar valor ao seu produto, dificultando inclusive sua

inserção no mercado. Por isso a importância dos esforços conjuntos desta categoria que possibilite o enfrentamento em união das dificuldades impostas no dia a dia.

O associativismo surge, portanto, como um caminho para esta união, no sentido de resolver problemas de forma coletiva, pois, o indivíduo isolado encontra dificuldades e obstáculos que podem ser amenizados a partir de esforços de mais pessoas que buscam o mesmo resultado. Por meio do associativismo os pequenos produtores repassam a organizar melhor seus empreendimentos e patrimônios e assim adquirem condições de focar o aumento de produtividade e garantia de espaço no mercado.

Reconhecendo a importância que o processo associativo pode representar para um grupo de agricultores familiares compreende-se a importância do envolvimento destes atores sociais na busca por seus objetivos considerando ser este, o fator primordial de capital social e também para a aquisição de "empoderamento". Estes são termos que se complementam no sentido de que ambos ressaltam a importância da participação e da coletivização em espaços que promovem compartilhamento de ideias e decisões. E neste sentido, cada um fazendo a sua parte e se interagindo, proporciona o benefício do grupo como um todo e o empoderamento.

O sucesso de uma organização associativa de agricultores familiares, não envolve somente a melhoria da qualidade do produto final por meio de técnicas agrícolas nas etapas de produção e a facilidade para a inserção da produção no mercado, mas também pelas relações sociais estabelecidas no próprio ambiente. Os atores sociais envolvidos em uma organização possuem forte potencial como produtores de alimento, e muito têm a oferecer e a ensinar. Neste sentido a relação social estabelecida entre eles pode propiciar a autoestima e a valorização do seu saber, além da satisfação advinda do pertencimento a um grupo com compartilhamento de ideias e pontos de vista diferentes. Diante destes aspectos torna-se possível considerar a hipótese de que a busca por objetivos comuns em uma relação constituída por participação, ajuda mútua e confiança, proporcionam o empoderamento dos atores sociais. Tudo isso pode promover um possível desenvolvimento social e econômico da referida associação.

Como busca de respostas concretas a respeito da formação do capital social em uma organização associativa e o empoderamento dos membros, procurou-se estudar a Associação de Cafeicultores Familiares localizada no município de Santo Antônio do Amparo-MG, denominada "Associação dos Agricultores Familiares de Santo Antônio do Amparo (AFASA)" no sentido de conhecer o envolvimento dos membros do grupo, suas relações dinâmicas e os laços sociais que podem promover o seu desenvolvimento.

Esta pesquisa tornou-se relevante por dois aspectos: o primeiro, por trazer benefícios à própria Associação traduzindo-se numa oportunidade para aprofundar a discussão sobre a importância do envolvimento dos atores sociais em todas as suas atividades e a percepção que os agricultores têm de si mesmos, da sua atuação diante do processo e a relevância da união dos membros, para o todo. O segundo aspecto de relevância da pesquisa se trata por apresentar um exemplo de organização que conseguiu prosperar por meio da união de agricultores familiares e com isso tornar-se referência para a multiplicação de outras iniciativas como esta.

Neste sentido, o objetivo principal deste trabalho foi analisar a existência de Capital Social e o empoderamento dos membros da Associação dos Cafeicultores Familiares de Santo Antônio do Amparo.

Para nortear o alcance do objetivo geral, foram propostos os seguintes objetivos específicos,

- a) Efetivar o resgate histórico da Associação desde sua fundação;
- b) Identificar a existência de participação ou envolvimento, cooperação ou ação coletiva e confiança dos associados nesta organização;
- c) Analisar a percepção de Empoderamento por parte dos associados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este tópico será dividido em cinco partes: a primeira irá abordar um breve contexto sobre a cafeicultura como norteadora do desenvolvimento local e do associativismo como ligação para a segunda parte que irá retratar a dimensão teórica sobre a agricultura familiar devido ao tipo de associação em estudo que possui como membros, agricultores familiares produtores de café.

A terceira parte irá abordar um breve contexto histórico sobre o tema associativismo com conceitos relacionados ao associativismo no Brasil além de seu reconhecimento legal como direito social. E como subitem será retratado o tema “associações de produtores” como um tipo específico de associações formadas por agricultores.

O entendimento de capital social no campo das ciências sociais será o quarto tópico do referencial teórico com conceitos pertinentes a este tema, com base em pesquisas realizadas por pesquisadores de renome e o uso deste capital como fator determinante para uma organização associativa. Participação, cooperação e confiança serão os subtópicos relacionados ao tema, pois são variáveis relevantes para a existência de capital social.

Por fim, na quinta parte, será realizada uma breve contextualização sobre empoderamento, por considerar um item relevante no percurso da referida pesquisa.

2.1 A cafeicultura como norteadora do desenvolvimento local e do associativismo

A cafeicultura é praticada no Brasil desde o início do século XVIII tendo sido adentrado no país pelo estado de Belém. Neste início o café teve muita mobilidade dentro do país regulada pelos momentos de crise, ou seja, ele sempre teve uma região onde estava se implantando, outra onde estava consolidado e uma última onde estava em decadência. Ainda no século XVIII os principais produtos exportados pelo Brasil, açúcar e algodão, passavam por momentos de sérias dificuldades, além da decadência da mineração, possibilitando assim, a liberação de mão-de-obra e recursos financeiros para aplicação em atividades mais lucrativas como o café (CHALFOUN; REIS, 2010).

O café que até então predominava no estado do Rio de Janeiro começou a ser implantado em Minas Gerais na busca pelo recomeço devido à queda da mineração. Assim, no início do século XIX o café avançou em direção à Zona da Mata mineira e tornou-se a principal atividade econômica do estado. Desde então a cafeicultura entrou para a pauta de produtos agrícolas mais exportados pelo Brasil (CHALFOUN; REIS, 2010).

Desde então, o cenário cafeeiro no Brasil passou por diversas mudanças constituídas por altas e baixas produtividades, intensificadas por motivos de ordem natural como geadas, aparecimento de pragas e doenças ou motivos de ordem política ou econômica, mas que culminaram numa situação de conquista, colocando o país como o maior produtor mundial da bebida.

O conhecimento acumulado do manejo da cultura, as condições climáticas propícias, a boa fertilidade natural do solo e outras condições como eficiente infraestrutura de transporte, comunicação e fácil escoamento da produção, são fatores que contribuíram para colocar a mesorregião sul/sudoeste de Minas Gerais em destaque no setor produtivo do café. Pelegrini e Simões (2009, p. 187) corroboram com esta afirmação e explicam que, desde a década de 1970, a cafeicultura de Minas Gerais vem apresentando maior produtividade com relação aos demais estados, devido “em grande medida, aos esforços dirigidos pela pesquisa e transferência de tecnologias, além da aptidão natural do Estado de Minas para condução desta cultura, especialmente relacionada com as condições de relevo, clima e solos”.

Atualmente Minas Gerais se destaca nacionalmente pelo cultivo do café arábica, com 70% de ocupação em relação à área total do país com esta espécie. Já o Espírito Santo é o maior estado produtor de café Conilon, ocupando 61,2% da área nacional plantada com esta espécie. Com relação à produção mineira, de acordo com estes dados as mesorregiões geográficas Sul e Centro-Oeste são as que concentraram a maior parte das unidades produtivas compreendendo áreas em formação e em produção (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, 2018).

Dentre os municípios mineiros produtores de café e com predomínio de cafeicultores familiares, encontra-se o município de Santo Antônio do Amparo, que conforme divisão geográfica de Minas Gerais situa-se na microrregião de Oliveira, pertencente à Mesorregião Centro-Oeste que é uma região que possui condições edafoclimáticas propícias para uma produção de café de excelente qualidade. De acordo com dados adquiridos no escritório regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado de Minas Gerais (Emater) em Lavras -MG, 84,3% dos cafeicultores no município são familiares, ou seja, 430 agricultores familiares com 45% de produção no município enquanto os agricultores não familiares são apenas 80, com produção de 55% (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EMATER-MG, 2018).

Embora sua produção seja menor que a dos agricultores não familiares é importante destacar que não basta se diferenciar quantitativamente é preciso se preocupar com a qualidade de uma produção que atenda ao mercado consumidor de alimentos, exigente com

qualidade, que pode ser conseguido mesmo com a menor quantidade de produção. Os consumidores de alimentos e bebidas, entre esses o café, ampliou o seu conceito de qualidade, valorizando aspectos além daqueles que são perceptivos no momento da aquisição do produto final, quais seja, os atributos associados ao aspecto, sabor e aroma. Além disso, os consumidores estão a exigir informações associadas à cadeia primária de produção, ou seja, aquelas relativas à origem e ao processo de sua produção. Desejam saber se o produto que estão adquirindo foi produzido sob bases sustentáveis, ou seja, sem comprometimento do meio ambiente, sem trabalho infantil e com justa remuneração dos produtores (CHALFOUN; REIS, 2010, p. 75).

E é dentro deste contexto de produção voltada para um produto de qualidade que se encontra atualmente os cafeicultores familiares que querem se diferenciar pela produção com qualidade, focando um consumidor "exigente" interno e externamente, tornando-se cada vez mais incluídos no mercado.

Aproveitando as vantagens proporcionadas pela região como clima e altitude, os agricultores adquirem condições de aumentarem suas potencialidades com uma produção voltada para a qualidade onde se possa agregar valor e viabilizar suas oportunidades no mercado consumidor. A cafeicultura torna-se promotora do desenvolvimento local, possibilitando a inclusão dos atores sociais, antes excluídos pelo mercado e incapacitados de desenvolverem uma produção focada nesta qualidade tão exigida pelos consumidores. O desenvolvimento local segundo Leonello (2010, p. 59-60) "está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto". O desenvolvimento local, ainda pode ser retratado como,

um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 2002 apud LEONELLO, 2010, p. 59).

O desenvolvimento local integra o desenvolvimento social, econômico, ambiental, cultural, político e humano. Inseridos neste contexto encontram-se os agricultores familiares que representam a categoria que luta para adquirir o seu espaço em um mercado de fortes concorrentes. A união torna-se um caminho propício ao aumento da produção com foco na

qualidade o que se torna difícil quando trabalhando individualmente. Assim sendo, “o associativismo instrumentaliza os mecanismos que concretizam as demandas sociais e que tornam os homens mais próximos da busca de autonomia na promoção do desenvolvimento local” (LEONELLO, 2010, p. 57).

Busca-se com isto situar o contexto de inserção dos agricultores familiares no espaço dominado por grandes produtores e sua importância no contexto econômico do país, sendo causa de lutas pela sua valorização principalmente na década de 90.

2.2 Agricultura Familiar

No Brasil, o espaço rural nos remete a grandes latifúndios, modernização agrícola, monocultura, mas é importante considerar que o espaço rural também é composto por pequenos produtores rurais ou agricultores familiares, importantes no contexto do desenvolvimento econômico e social do país que se remete a um passado camponês pois carregam uma tradição de trabalho envolvendo o ciclo familiar e a produção voltada para a subsistência mas inseridas em um mercado modernizado e de grandes concorrentes.

O “modelo original” do campesinato brasileiro segundo Wanderley (1996) reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira como,

o seu quadro colonial, que se perpetuou, como uma herança, após a independência nacional; a dominação econômica, social e política da grande propriedade; a marca da escravidão, e a existência de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse (WANDERLEY, 1996, p. 8).

No Brasil, segundo esta autora, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido recebendo estímulo social expresso na política agrícola, propiciando a modernização e reprodução. Por isso, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira, impossibilitada de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. Assim, a história do campesinato no Brasil encontra-se definida em um registro de lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade (WANDERLEY, 1996).

Para situar ao passado camponês acima mencionado, e como é comum em muitos estudos, encontrar o termo “agricultura familiar” associado ao “campesinato”, ressalta-se a contribuição de Lamarche (1993 apud WANDERLEY, 2003) cuja proposta teórica menciona

que os agricultores familiares são portadores de uma tradição, mas que devem se adaptar às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que se encontram inseridos no mercado moderno e recebendo influências da chamada sociedade englobante mantendo laços de integração, dentre os quais, os vínculos mercantis.

A condição de atores sociais modernos, concedida aos agricultores familiares se deve à dupla referência à continuidade e à ruptura, ou seja, "mais do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar "moderno", teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais" (WANDERLEY, 2003, p. 47).

Considera-se, pois que "as explorações familiares não se encontram sob influência de um processo de evolução histórica que, inexoravelmente e onde quer que estejam arrastar-nas-iam a um mesmo destino". Lamarche (1993) realizou estudos em vários países e afirmou que a exploração familiar possui uma excepcional capacidade de adaptação "às exigências impostas por situações novas e diversas às instabilidades climáticas, à coletivização das terras ou a mutação sociocultural determinada pela economia de mercado" (LAMARCHE, 1993, p. 20-21).

Para Wanderley (2003) "o agricultor familiar não é um personagem passivo sem resistência diante de forças avassaladoras vindas de fora e de cima do seu universo". Este ator social constrói sua própria história em meio a um emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. No entanto, ele recorre à sua própria experiência (camponesa) e se adapta aos desafios do desenvolvimento rural.

Outro fator de caracterização do espaço rural brasileiro presente desde o Brasil colônia é a concentração fundiária. Naquela época, o sistema de produção implantado no país foi alicerçado na monocultura, em grandes extensões de terras, trabalho escravo e produção destinada em sua grande parte ao mercado internacional e o êxodo rural surgiu como opção pela falta de alternativas possíveis para os desprovidos de terra (CARVALHO, 2010).

Wanderley (2014, p. 7), corroborando com esta afirmativa, acrescenta que os agricultores familiares estão historicamente subordinados "à perpetuação da concentração fundiária, marca da história da agricultura e do mundo rural brasileiro".

Os grandes latifundiários do país, na década de 1960, época do regime militar, consideravam a propriedade privada da terra como absoluta quando "a terra podia ser utilizada ou não, conservada ou destruída; como uma joia, podia ser entesourada e utilizada como garantia de acesso a novas fontes de ampliação do capital". Neste sentido a utilização

da terra como reserva de valor sempre foi historicamente uma das características mais marcantes do campo brasileiro (ROMEIRO, 1998, p. 104).

A partir da segunda metade do século XX, mais notadamente nos anos de 1960 e 1970 houve o aumento vertiginoso da utilização de máquinas pesadas, insumos, adubação química e o conseqüente aumento de produtividade, fatores estes que caracterizaram a modernização agrícola conhecida na literatura recente como “Revolução Verde”.

Junto aos interesses dos grandes proprietários e à aceleração da modernização do campo, destaca-se também o quadro de ameaça da reforma agrária no país. Nos primeiros anos após o golpe militar, os grandes latifundiários reagiram e “a primeira providência foi expulsar os trabalhadores residentes do imóvel e substituir suas lavouras de alimentos principalmente por pastagens extensivas”. Uma parte destes trabalhadores se transformou em trabalhadores volantes ou “bóias-frias”, sem nenhuma garantia trabalhista e outra parte migrou para as cidades em busca de novas oportunidades (ROMEIRO, 1998, p. 104-105).

A concentração da propriedade da terra e dos meios de produção tais como máquinas, equipamentos, insumos, dentre outros fatores característicos da Revolução Verde impregnaram na sociedade sendo este, considerado o “modelo” de espaço rural. Assim “a representação socialmente construída da agricultura brasileira a associa a grandes propriedades monocultoras, produzindo para os mercados internacionais, sobre a base de um moderno e sofisticado padrão tecnológico” (WANDERLEY, 2014, p. 1).

E é diante deste contexto histórico em que a categoria "agricultura familiar" está inserida, que estudos recorrentes vêm sendo realizados para contextualizar sua inserção dentro deste espaço rural e as relações sociais e econômicas nele existentes. Contribuição importante no que se refere ao dimensionamento do setor familiar no Brasil foi o estudo realizado por Kageyama e Bergamasco (1989/1990) baseado nos dados do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 1980. Naquele ano, 42,3% da área total de estabelecimentos brasileiros pertenciam à agricultura familiar e neles encontravam-se 74% das pessoas ocupadas na agricultura. Segundo as autoras, a particularidade da produção familiar em relação ao resto da agricultura capitalista, era depender - em maior ou menor grau - do trabalho direto da família proprietária dos meios de produção. “Os estabelecimentos familiares podem ser grandes ou pequenos, tendendo a serem maiores quanto menor a participação da mão-de-obra familiar no total de pessoal ocupado” (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1989/1990, p. 62).

A agricultura familiar ganhou força no final da década de 80 e início da década de 90 do século XX na literatura brasileira e em trabalhos acadêmicos, devido à repercussão dos movimentos sociais em defesa de uma política agrícola diferenciada aos pequenos produtores.

Os sindicatos rurais ligados à Central Única dos trabalhadores (CUT) foram destaques destes movimentos promovendo discussões acerca do espaço rural e sobre o papel dos pequenos produtores. Também como consequência dos movimentos sociais de luta pelas questões rurais no Brasil, foi criado em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como instrumento de geração de emprego, renda e desenvolvimento do campo (SCHNEIDER, 2009). A partir da formulação deste programa, o próprio Estado passou a adotar o termo "agricultura familiar".

Em face da importância da agricultura familiar para a sociedade, não somente pela sua característica principal de fornecedora de alimentos, mas também como uma camada social que luta pela conservação do meio ambiente por meio de práticas mais sustentáveis de produção, alguns autores renomados definiram o conceito servindo de base para os contínuos estudos a ela relacionados. Assim, a agricultura familiar é “entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1996, p. 2).

Abramovay (1998) também contribuiu com seus estudos definindo esta categoria como aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime, e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar para fins de atribuição de crédito rural agrícola pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas.

Em face dessa importante discussão que vem tomando lugares cada vez mais importantes nos estudos sobre o espaço agrário brasileiro, que para muitos se resumia apenas em pesquisas ligadas à agronomia, engenharia agrícola, zootecnia dentre outras ciências que estudam a agricultura e pecuária, este espaço é também objeto de estudo social. Assim, as ciências sociais levam em consideração a importância das outras ciências, mas se preocupam com a importância e a contribuição disponibilizada pelos atores sociais envolvidos neste ambiente. Esta discussão em torno da agricultura familiar repercutiu positivamente propiciando que iniciativas fossem tomadas pelo governo para inclusão desta categoria no campo da legislação.

Assim, no Brasil, um marco importante se deu com a lei nº 11.326 de 24 de junho de 2006 que estabeleceu conceitos para melhor definir a agricultura familiar. O artigo 3º da

referida lei estabeleceu o agricultor familiar e empreendedor familiar rural, como sendo aquele que pratica atividades no meio rural e que atende aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III- tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE confirmam a histórica concentração fundiária existente no Brasil, demonstrando que 84,4% de estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem à agricultura familiar. Porém, ocupam apenas 24,3% de área. “Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no País: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupam 75,7% da área ocupada”. Este fato apenas confirma o que já foi exposto com relação à histórica concentração fundiária que sempre predominou no país desde a colonização (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2006, p. 19).

Este documento também mostrou a importância da agricultura familiar pela sua participação na produção de algumas culturas selecionadas. Em 2006, os agricultores familiares produziram 87,0% da produção nacional de mandioca, 70,0% da produção de feijão, 46,0% do milho, 38,0% do café, 34,0% do arroz, dentre outras. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a da soja (16,0%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira, característica da grande propriedade moderna (IBGE, 2006, p. 20).

Estes dados apenas reforçam que os agricultores familiares possuem um espaço destacado no mercado, mesmo diante das grandes limitações. Face às exigências de um mercado adaptado às exigências tecnológicas e de uso intenso de agroquímicos, Wanderley (2014) aponta que os desafios vão desde a preservação dos recursos naturais, as exigências bioéticas, ambientais e sociais, da disputa de espaços produtivos entre a produção de alimentos e de matérias primas, voltadas para a geração de energia, das relações de produção e consumo associadas à garantia da qualidade dos produtos e das formas de produzir, da eliminação da pobreza extrema e da consolidação da democracia pelo reconhecimento dos sujeitos de direito que vivem no campo (WANDERLEY, 2014).

Leonello (2010) também coloca seu posicionamento com relação à inserção dos agricultores familiares no mercado atual, considerando ser um ambiente de turbulências e que exige preparo, iniciativa, flexibilidade e criatividade. Neste sentido, segundo este autor,

As condições de competitividade que prevalecem hoje na economia colocam em dúvida as possibilidades econômicas e de inserção da agricultura familiar nos moldes tradicionais, sendo necessário, por conseguinte, levar em consideração os fatores internos e externos que afetam o funcionamento da unidade de produção. Como fatores internos, devem ser mencionados o tamanho da propriedade, as relações familiares e os custos de produção e como externos, a política governamental, a tecnologia, as relações com órgãos representativos, agroindústria e o mercado (LEONELLO, 2010, p. 121).

O fato de ser familiar não descaracteriza o agricultor, pelo contrário, afirma a importância que sempre desempenhou no espaço rural. Corroborando com esta ideia, Wanderley (2003, p. 48) afirma que “o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida”. É notório assim que os agricultores familiares devem-se impor diante dos contextos a que estão inseridos e ter seu espaço como um ator social importante, detentor de poder e de conhecimentos.

Assim sendo, “esses atores podem ser considerados emergentes dos processos de desigualdades capitalistas e das contradições sociais”, no entanto, cabem a eles lutarem por um espaço privilegiado e por formas de inserção no mercado para também se firmarem e se destacarem como uma categoria detentora de conhecimento, podendo usar como forma de inserção, o associativismo (LEONELLO, 2010, p. 53).

2.3 Associativismo

A união de pessoas em grupos é uma prática que se consolida formal ou informalmente e ocorre quando as pessoas almejam objetivos comuns. Para isso, condicionam os seus comportamentos unindo esforços e competências em busca de consolidação de organizações que representam o interesse de todos os envolvidos. Onde existe um espaço comunitário seja na escola, igrejas dentre outros ambientes de convivência social, existem grupos unidos em busca de soluções para algum problema ou viabilização de algum projeto de desenvolvimento.

As associações, por meio das relações sociais nelas estabelecidas podem representar o interesse de um grupo específico e focam os objetivos deste grupo. Leonello (2010, p. 41)

aponta que “uma associação é uma sociedade civil que não possui fins lucrativos, onde os indivíduos se organizam para atender aos seus interesses de forma democrática”.

O fenômeno do associativismo é estudado desde o século XIX por importantes intelectuais que serviram de base para estudos em todo o mundo desde então, dentre eles, Alexis de Tocqueville. Este autor foi um dos primeiros intelectuais a estudar o associativismo, autor da obra “Democracia na América”, escrita em 1835, considerou a característica da sociedade norte-americana de sua época, de se constituir e atuar por meio de inúmeras associações civis, além de interpretar politicamente a característica desta sociedade como a “arte da associação”. Na sociedade americana a ação coletiva é empreendida pelos próprios cidadãos reunidos em associações, que são verdadeiras escolas de civismo e também uma forma de expressão dos diversos interesses da sociedade, incluindo os interesses das minorias. Para este autor, a criação de hábitos de colaboração e solidariedade é um aspecto muito importante dos efeitos da participação associativa sobre os indivíduos (GANANÇA, 2006).

No Brasil, os primeiros registros de associações datam-se da segunda metade do século XIX. O decreto 2.711 e a lei 1.083, ambos de 1860 orientavam a criação e o funcionamento das chamadas “sociedades”, inclusive aquelas que foram criadas anteriormente à vigência da lei (BRASIL, 1860a, 1860b). Anteriormente a isso, existiam algumas associações que funcionavam com a autorização da delegacia dos municípios (JESUS, 2007).

No entanto, este processo se fortaleceu no final do século XX, principalmente nas décadas de 70 e 80, desencadeadas por meio de lutas sociais. O caminho percorrido pela sociedade em busca de união de esforços para conquistas sociais pode ser considerado importante para a constituição das organizações formadas por pessoas da sociedade civil como associações, sindicatos, cooperativas, dentre outros. A emergência da sociedade civil diante dos padrões autoritários do Estado se deu principalmente por três fatores principais conforme aponta Avritzer (2012). Primeiramente a população reagiu à forma antissocial adotada pelo autoritarismo brasileiro, que depois de incentivadas a mudar para os grandes centros urbanos, mas não tendo condições de ter uma vida digna, passou a viver nas periferias. Isto interferiu nos processos societários mais básicos e promoveu a organização dos pobres em busca de serviços públicos que os beneficiassem. Além disso, políticas de planejamento urbano, saúde e educação foram transformadas pelo regime autoritário brasileiro em questões tecnocráticas que também levou à reação da classe média, organizando formas de ação coletiva e associações para disputarem esses elementos. Avritzer ainda cita o aprofundamento democrático que teve lugar durante e após o processo de elaboração da

Constituição e a forma como as reformas neoliberais interagiram com as responsabilidades dos atores da sociedade civil nas políticas públicas.

Esta época compreendida entre as décadas de 70 e 80 do século XX ficou “conhecida e reconhecida na literatura especializada como a época histórica dos novos movimentos sociais, das manifestações e lutas pela democratização da gestão e das instituições públicas, e pela equidade na distribuição dos bens”. Por isso em termos da qualidade dos movimentos, das expressões políticas e ideológicas que suscitavam e as aspirações pela transformação social tornou-se uma época de referência no crescimento e na significância do associativismo civil (CARLOS; ZORZAL; SILVA, 2006, p. 169).

Portanto, foram os movimentos sociais que deram força à experiência democrática no Brasil, mas o marco no que se refere ao reconhecimento da organização e da participação social como direitos e valores a serem garantidos e fomentados no Brasil se deu com a Constituição Federal de 1988 (CF/ 88). A partir dela, o Associativismo se acentuou onde ficou estabelecido em seu artigo 5º, inciso XVIII que “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”. Ainda na CF / 88 no artigo 174, § 2, ficou estabelecido que a “lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo”, evidenciando a legalidade destas organizações (BRASIL, 1988).

Outro marco importante no que diz respeito à legalização do associativismo no Brasil foi a promulgação da Lei 10.406 de 2002 que constitui o Código Civil (BRASIL, 2002). De acordo com o artigo 44 da referida lei, as Associações são pessoas jurídicas de Direito Privado, assim como as sociedades, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos, estes dois últimos incluídos pela lei 10.825/2003¹ (BRASIL, 2003). Em 2011, por meio da lei 12.441², foram também incluídas as empresas individuais de responsabilidade limitada (BRASIL, 2011). Ainda de acordo com o código civil, no artigo 53 fica estabelecido que as associações sejam constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, não havendo entre os associados, direitos e obrigações, recíprocos. Vale destacar que o associativismo está disciplinado nesta lei a partir deste artigo 53 até o artigo 61, que menciona o estatuto e algumas disposições pertencentes ao associado (BRASIL, 2002).

É importante considerar que as Associações são uma alternativa para a prática de união em grupo onde pessoas passam a empreender esforços em conjunto e buscam soluções

¹ Lei 10.825 de 22 de dezembro de 2003 - Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

² Lei 12.441 de 11 de julho de 2011 - Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada.

para problemas comuns a todos, mas para o sucesso de uma organização associativa torna-se essencial o esforço individual. Participar de reuniões, dividirem tarefas e organização do trabalho bem como angariar esforços para a aquisição de equipamentos, comercialização dentre vários outros fatores devem ser decorrentes dos esforços dos próprios associados para geração de resultados positivos que possam beneficiar a organização como um todo. No entanto é necessário também aos associados que tenham representatividade junto ao poder público, pois muitos fatores demandam recursos públicos e por isso, a importância de uma mobilização junto ao espaço político.

Conforme já apontado, o esforço individual das pessoas em uma associação é indispensável para a promoção da organização como um todo. Locke (2003) faz uma comparação das associações com um projeto de construção em que cada estágio é importante e necessário para o projeto como um todo para assegurar a estabilidade e a longevidade dos esforços cooperativos. Neste sentido “o interesse próprio dos atores estabelece o fundamento de todos os esforços coletivos confiáveis” (LOCKE, 2003, p. 261).

O termo “associação” segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), reúne uma série de modelos de organização com objetivos e finalidades diferentes entre si, mas aderem a esta nomenclatura por possuírem características básicas semelhantes, como,

reunião de duas ou mais pessoas para a realização de objetivos comuns; patrimônio constituído pela contribuição dos associados, por doações, por subvenções, etc.; os fins podem ser alterados pelos associados; os associados tomam decisões livremente; são entidades do direito privado e não público (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE, 2017).

Embora essas organizações não tenham a atividade econômica como objetivo principal, defende os interesses de um grupo que encontrou na união de esforços a melhor solução para determinados problemas. Para melhor situar o estudo sobre associação e melhor entendimento sobre como as associações estão distribuídas no Brasil o SEBRAE classificou os tipos de associações existentes no Brasil como filantrópicas, associação de pais e mestres, associações em defesa da vida, associação de consumidores, de classe, de produtores e associações culturais, desportivas e sociais (SEBRAE, 2017).

O escopo é o objetivo que os fundadores das associações se propõem a atender podendo ser de caridade, humanitário, científico dentre outros. Independentemente do escopo a associação não pode distribuir os lucros, mas mantém autonomia para regular as atividades e

a organização, em busca dos interesses escolhidos, desde que a regulação escolhida não seja contrária à lei (MAIELLO, 2012).

As associações podem ainda,

gerar lucros desde que não os distribuam entre os associados, o que não as desnaturam ou descaracterizam. Podem realizar negócios, praticar atos para manter ou aumentar o seu patrimônio, produzir bens ou prestar serviços. Não perdem, portanto, a categoria de associados mesmo que realizem tais negócios, proibindo-se somente a distribuição de lucros entre os associados (GONÇALVES, 2005 apud MAIELLO, 2012, p. 32).

Entender as relações sociais torna-se fator fundamental para compreender aspectos relacionados à difusão de associações e organizações entre membros com objetivos comuns. De certo modo, pode indicar a ineficiência dos governos em prover as necessidades básicas da coletividade e o fortalecimento de relações entre pessoas que buscam um ideal partilhado, sustentado pela reciprocidade com o outro que na maioria das vezes é desconhecido (TONINI; MACKKE, 2007).

As organizações associativas podem ser classificadas de duas formas. Associações criadas de forma clientelística e paternalista, que são aquelas criadas por agências de governo ou de caridade, mas geralmente não são atuantes. Mas podem ser também criadas por iniciativas não governamentais e autônomas, onde os grupos buscam a participação de seus associados ou beneficiários. Este segundo tipo de associação, atua de forma independente, mesmo que seu grupo organizado receba algum tipo de apoio de agências governamentais ou de outras entidades não governamentais, pois buscam se fortalecer por meio de projetos graduais ao longo do tempo. É dentro desse segundo perfil de entidades que se pretende situar a Afasa, objeto de estudo desta pesquisa considerando que ela constituiu-se por meio de ajuda de projetos de instituições governamentais, mas é uma organização independente com autonomia para a realização de seus projetos (RIBEIRO, 1993 apud LIMA; VARGAS, 2015).

Na sociedade em geral os indivíduos são impulsionados pela busca dos interesses individuais, mas os ganhos da atuação individual em uma organização são menores do que os decorrentes da ação coletiva. Os indivíduos que possuem interesses similares percebem que com a unificação, adquirem maior força diante do conflito e das dificuldades do mundo atual. Neste contexto,

o ato de organizar-se, surge da incapacidade individual de resolver problemas que parecem ser superiores às habilidades ou às aptidões dos indivíduos. A reunião de esforços daqueles que vivem situações semelhantes torna-se uma forma eficaz para criar alternativas para o enfrentamento e a

busca de soluções para os diversos problemas vigentes (AGUIAR; FERREIRA NETO, 2014, p. 8-9).

A interdependência entre atores heterogêneos é citada por Ostrom (1990 apud SABOURIN, 2009, p. 91) por meio do conceito de ação coletiva. Segundo ele, a ação coletiva é implementada por meio de instituições definidas por um conjunto de regras compartilhadas com o exterior e normas correspondentes a valores internos do grupo, e ambos deverão ser aplicados a um grupo de indivíduos para organizar suas atividades. "A ação coletiva depende da capacidade de elaboração e adaptação de regras comuns, a institucionalização destas no âmbito de um grupo constitui um incentivo à cooperação e ao compartilhamento".

Considera-se, pois que uma associação não é somente uma organização de pessoas com objetivos comuns para proporcionar uma melhor reprodução econômica de seus sócios, mas sim, uma organização de caráter social, desempenhando importantes e complexas funções por meio de estatutos e regimentos. Ricciardi e Lemos (2000 por LEONELLO, 2010, p. 41) apontam o associativismo como "um instrumento de luta dos pequenos produtores, proporcionando a permanência na terra, elevação do nível de renda e de participação como cidadãos".

Estas formas de organização tratam-se dentre outros aspectos "do acesso a financiamentos, do manejo dos investimentos e equipamentos coletivos" e surgiram como forma de assumir algumas práticas antigas baseadas de integração social.

É importante ressaltar que os sujeitos que se agrupam nem sempre visam obter um benefício pessoal, mas podem ser beneficiados pela integração em grupos e, também dessa forma é gerada uma base de cooperação que possibilita a associatividade (MARTINEZ, 2010).

O associativismo agrícola assim como o cooperativismo vem se tornando alternativas viáveis para os agricultores, no que diz respeito a sua inserção nos mercados locais e globais. Rech (2000 apud LIMA; VARGAS, 2015), aponta algumas vantagens do modelo cooperativo como possibilidades de barganhar melhores preços dos produtos ofertados, diversificação da produção, obtenção de melhores condições de crédito além de eliminar os intermediários.

A relação entre associativismo e agricultura familiar vem ganhando destaque nos mais diversos cenários rurais do País. Nesse contexto, a união de forças por via do associativismo e do cooperativismo pode ser considerada uma alternativa viável para a sustentabilidade das unidades produtivas e das atividades agropecuárias dos agricultores (LIMA; VARGAS, 2015, p. 160).

Dentro do contexto do estudo sobre associativismo, para esta pesquisa focou-se no entendimento sobre as associações de produtores, que é um dos tipos de associações existentes no Brasil de acordo com a classificação do SEBRAE e esta inclui produtores, pequenos proprietários rurais e artesãos que se organizam para realizar atividades produtivas em defesa de interesses comuns e representação política. Assim, esta pesquisa se foca no estudo sobre as associações agricultores familiares que se enquadra no tipo "associação de produtores".

2.3.1 Associações de produtores

O modelo de agricultura predominante no Brasil é voltado para a grande produtividade que conseqüentemente provoca um quadro de exclusão de agricultores que não conseguem responder às crescentes necessidades de aumento da produção e inserção no mercado, por isso, uma estratégia de resistência escolhida por muitos agricultores familiares tem sido a organização em associações de produtores por meio do trabalho coletivo.

No espaço rural é muito comum a união de pessoas em grupos para os mais diversos interesses como, por exemplo, associações de moradores, movimentos de igreja, sindicatos dentre vários outros movimentos sociais que se consolidam em trabalhos voluntários em busca de objetivos comuns. Assim também existem as associações de produtores rurais ou até mesmo cooperativas, que nada mais são que a união de produtores em busca de maior produção com acompanhamento de técnicos especializados, trabalho conjunto, inserção de seu produto no mercado dentre outros. Isto elucida a importância econômica e social que estas organizações propiciam. De acordo com Leonello (2010), o associativismo proporciona a melhoria das condições de vida dos indivíduos de um determinado local, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas se constituam em oportunidades de crescimento e desenvolvimento.

As associações de produtores, juntamente com os sindicatos e as cooperativas são as formas clássicas de organizações profissionais agrícolas existentes no Brasil que tratam, dentre outros aspectos, "do acesso a financiamentos, do manejo dos investimentos e equipamentos coletivos" segundo Sabourin (2009, p. 79). Ainda de acordo com este autor, são organizações formais de produtores que constituem estruturas sócio-profissionais e voluntaristas, pois ninguém se torna membro delas por nascimento, mas sim por escolha voluntária ou relação contratual. Vale ressaltar que sua concepção garante a defesa de interesses e manejo de bens comuns.

Estas organizações de pequenos produtores e trabalhadores rurais consolidadas em associações mostram-se como novas formas de agregação social, com uma função de socialização e se constituem como novos canais de participação e de representação. Prevalece no nosso entendimento, que se trata de organizações voluntárias, surgindo, portanto, da vontade e da decisão de um grupo ou de um segmento de classe, com objetivos pré-definidos e relacionados às necessidades sociais de uma dada realidade (LEONELLO, 2010).

Consideram-se dentro das últimas três décadas que estas foram as organizações de agricultores que mais se desenvolveram e três fatores tiveram forte influência sobre este desenvolvimento,

a necessidade das comunidades de poder contar com representações jurídicas; a atuação de atores externos tais como igrejas, as ONGs, os serviços de extensão rural e os projetos públicos; a existência de apoios ou financiamentos reservados para projetos associativos ou comunitários (subsídios ou créditos públicos) (SABOURIN, 2009, p. 88).

Conforme já mencionado, o associativismo pode ser um caminho benéfico para que agricultores familiares possam organizar melhor seus empreendimentos e patrimônios e assim focar o aumento de produtividade e espaço no mercado, enfrentando, em união, as dificuldades impostas no dia a dia. Estas questões assim como o crescimento do número de associações nos últimos anos, possibilitaram um direcionamento de estudos voltados para o tema. Ganança (2006) realizou uma pesquisa tomando como base o documento “As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil – 2002”, realizado pelo IBGE em 2002, para entender o motivo do aumento do número destas organizações no Brasil. Até 2006, este tinha sido o último relatório disponibilizado pelo IBGE em parceria com o Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada (IPEA), e nesta análise o autor afirmou que em 1996 havia 4.412 associações de produtores rurais no Brasil passando para 24.897 em 2002. Uma de suas considerações para este crescimento exacerbado em apenas seis anos se deu, devido à criação do “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e outros programas de empréstimos e incentivos para agricultores (geridos por bancos públicos e outros órgãos de fomento), por exemplo, que optam por canalizar seus recursos para associações de produtores e agricultores” (GANANÇA, 2006, p. 63).

Após este estudo realizado em 2002, foi disponibilizado em 2010 pelo IBGE, outro relatório que trabalhou com os mesmos dados. No caso das Associações de produtores rurais, que são objeto deste estudo detectou-se que de 2002 para 2010 diminuiu o número de associações de produtores rurais no Brasil, passando de 24.897 para 22.930 associações.

Embora tenha ocorrido uma diminuição, a região Sudeste, dentre as cinco grandes regiões brasileiras teve um aumento de 461 associações, ou seja, em 2002 existiam 4.149 organizações passando para 4.610 em 2010 (IBGE, 2012).

Para os agricultores familiares, a inserção em associações pode ser uma solução para a busca da concretização de objetivos comuns e condições de crescimento dentro do ramo em que estão inseridos, em que sozinhos, encontrariam dificuldades.

As cooperativas e associações destinam-se a ajudar seus membros a atingirem suas metas econômicas e aspirações sociais. Como organizações democráticas e participativas, elas encorajam equidade e igualdade. Como entidades econômicas, elas proporcionam serviços comerciais aos seus membros. Como instituições localmente enraizadas, elas refletem os conceitos ambientais e sociais (SOUZA et al., 2013, p. 511).

As organizações associativas promovem laços de interação, reciprocidade e cooperação, fatores importantes para a formação de um capital social que contribui para o desenvolvimento não só da organização, mas também para a promoção do desenvolvimento local. Existe um consenso de que a participação dos cidadãos em associações pode indicar a presença de Capital Social, pois ao se unirem em associações, os indivíduos procuram atingir determinados objetivos que seriam difíceis ou até impossíveis de serem obtidos individualmente (AGUIAR; FERREIRA NETO, 2014, p. 3).

Ressalta-se com isso a importância da confiança e da participação como princípios de existência do capital social. Conforme contribuição de Leonello (2010) "a confiança se faz necessária para manter a união entre os produtores associados, e a participação é o que vai garantir se os benefícios da organização da associação serão válidos ou não" (LEONELLO, 2010, p. 41).

2.4 Capital Social

Neste tópico será abordado o capital social como quesito importante no estudo que envolve associação e conseqüentemente a união de pessoas em busca de objetivos comuns com participação, cooperação e confiança. A partir dos anos 90 do século XX, o Banco Mundial passou a estabelecer quatro tipos diferentes de capital, sendo eles o capital natural, o financeiro, o humano e o social. Este último tipo, que é de interesse desta revisão bibliográfica foi então conceituado por esta Instituição como aquele que "expressa, basicamente, a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos" (D'ARAÚJO, 2010, p. 10).

Para retratar o capital social, Aguiar e Ferreira Neto (2014) realizaram uma pesquisa envolvendo o tema corroborando com a ideia de ser algo que pode ser adquirido pelos indivíduos como parte fundamental das relações sociais e base para a ação coletiva. Neste sentido, o capital social envolve laços de confiança, reciprocidade e cooperação entre os indivíduos, além de ser um meio para se alcançar os resultados esperados em termos de cooperação e desenvolvimento.

A obra “Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna” publicada pela primeira vez em 1993 por Robert Putnam contribuiu fortemente com a expansão do tema relacionado ao capital social, na literatura voltada para as áreas sociais. Em sua obra, Putnam cita James Coleman, um sociólogo que gerou contribuições importantes sobre o tema capital social. Este autor considera que “por ser um atributo da estrutura social em que se insere um indivíduo, o capital social não é propriamente particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam”. Uma característica comum entre estes dois autores se trata da defesa do capital social como a união em grupos com confiança mútua e cooperação, em busca do bem comum (COLEMAN, 1990 apud PUTNAM, 1996, p. 180).

Para Putnam (1996), o componente básico para o capital social é a confiança. E esta confiança deriva de duas fontes conexas: regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Nas comunidades onde a regra de reciprocidade é obedecida, menor será o oportunismo e mais fácil será de solucionar problemas de ação coletiva. Ao mesmo tempo, quanto mais desenvolvidos forem os sistemas de participação cívica, ou seja, quanto mais interessados pelas questões públicas, maior a probabilidade dos cidadãos serem capazes de cooperar em benefício mútuo. Para melhor explicar esta participação cívica, Putnam (1996) em seu estudo comparativo entre o Norte e o Sul da Itália identificou que o Norte, era caracterizado por ser uma região mais cívica que o Sul. Segundo ele, o contato das pessoas com os políticos nas regiões mais cívicas é muito menor que nas regiões caracterizadas como menos cívicas, porém este contato envolve assuntos legais ou da administração, enquanto nas regiões menos cívicas, estes encontros envolvem basicamente, pedido de emprego ou outros favores, ou seja, há o predomínio de um clientelismo e um oportunismo entre os envolvidos. Nas regiões mais cívicas, os cidadãos participam ativamente de todo tipo de associações locais; acompanham com interesse os assuntos cívicos veiculados na imprensa local e envolvem-se na política por nutrirem convicções pragmáticas e não por clientelismo, sendo este último o que ocorre com frequência nas regiões menos cívicas (PUTNAM, 1996).

Putnam (1996) ainda acrescenta que a confiança é algo essencial para que possa haver cooperação. A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um

bom estoque de capital social, sob forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Este capital social envolve confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas.

James Coleman (1998 apud PISTORE, 2013, p. 42) enfatiza no plano individual a capacidade de relacionamento do indivíduo. Coleman acrescenta que “o capital social ajuda a manter a coesão social em função da obediência às normas e leis, e de comportamentos como negociação em situação de conflito, prevalecendo a cooperação sobre a competição, o que é um fator de extrema importância numa sociedade ou numa comunidade”.

Um grupo de pessoas organizadas em torno de relações de confiança é fato preponderante da existência de capital social. Assim, Coleman (1990 apud AQUINO, 2000), afirma ser comum que os indivíduos utilizem de máquinas, ferramentas e instalações físicas, chamados de capital físico ou utilizem de suas habilidades e conhecimentos pessoais, ou seja, capital humano, para atingirem seus objetivos. Mas é por meio do capital social adquirido por meio das relações sociais e a ação conjunta, que os indivíduos adquirem o espírito de cooperação e focam nos interesses do grupo. Seguindo esta linha de raciocínio, Coleman (1990 apud AQUINO, 2000, p. 24) chama de capital social,

ao conjunto das relações sociais em que um indivíduo se encontra inserido que o ajudam a atingir objetivos que, sem tais relações, seriam inalcançáveis ou somente alcançáveis a um custo mais elevado. O capital social localiza-se não nos indivíduos, mas nas relações entre eles, e a existência de capital social aumenta os recursos à disposição dos indivíduos que encontram-se imersos em tais relações.

Este capital social até aqui mencionado, deve ser entendido no âmbito de grupos homogêneos envolvidos em um mesmo propósito, em busca de fortalecimento, ganhos coletivos e desenvolvimento. Ele se torna produtivo, pois proporciona o alcance de objetivos que não seriam atingidos na sua ausência. Neste sentido, “a noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta”. As estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital que os indivíduos podem dispor (ABRAMOVAY, 2009, p. 88).

O capital social é baseado no predomínio de virtudes sociais e não pode ser adquirido por um indivíduo agindo por conta própria sendo baseado no predomínio de virtudes sociais e não apenas individuais. A aquisição deste capital “requer hábito às normas morais de uma

comunidade e, no seu contexto, a aquisição de virtudes como lealdade, honestidade e confiabilidade” (FUKUYAMA, 1996, p. 42).

Os sentimentos de participação, solidariedade e confiança compartilhados por indivíduos de uma mesma comunidade podem permitir a superação de problemas decorrentes de um “oportunismo” individualista, no qual os sujeitos agem fundamentalmente de maneira isolada e não coletiva. É este o fator primordial do estudo sobre capital social que decorre de uma série de variáveis essenciais na vida em sociedade, mas nem sempre explícitas entre as pessoas como é o caso da participação, cooperação e confiança. E as relações sociais embasadas em capital social possibilitam a promoção do desenvolvimento social.

2.4.1 Participação

A participação pode ser considerada o motor que impulsiona as pessoas a integrarem-se a grupos. Bordenave (1983, p. 11-12) afirma que "como nenhum homem é uma ilha e desde suas origens o homem vive agrupado com seus iguais, a participação sempre tem acompanhado as formas históricas que a vida social foi tomando".

Este autor afirma ainda que a participação possua duas bases complementares, a afetiva e a instrumental. A afetiva é aquela em que as pessoas participam pelo prazer em realizar as coisas com outras pessoas e a instrumental significa que fazer as coisas com outras pessoas torna-se mais eficaz e eficiente que fazer sozinho. Além disso, “a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade” (BORDENAVE, 1983, p. 12).

Considera-se que desde o nascimento as pessoas sentem necessidade de estarem em companhia de outras pessoas em constante interação por meio de conversas, trabalhos conjuntos, sempre envolvidos umas com as outras em diversas circunstâncias. A socialização é uma necessidade intrínseca ao ser humano. Muitas ações podem se caracterizar em uma atitude de participação como a construção de projetos, tomada de decisões no grupo a que pertencem seja ele família, trabalho ou grupo social, contribuindo na realização das mais diversas atividades do dia a dia. A participação seja em qualquer contexto, proporciona uma relação coletiva e de união, independentemente de como ela está sendo percebida e realizada.

Bordenave (1983) contempla diversas maneiras de participação do indivíduo no ciclo social em que está inserido. Primeiramente ele se refere à participação no seio da família, em segundo plano, refere-se à participação em que as pessoas sentem necessidades psicológicas de pertencerem a um grupo, receber e dar afeto em que ele chama de participação espontânea.

Quando as pessoas são obrigadas a participarem de grupos e cumprirem tarefas como frequentarem escolas, voto obrigatório, dentre outros, ele considera como sendo a participação imposta. Existe ainda a participação voluntária em que os grupos são criados pelos próprios participantes que definem a organização e estabelecem seus objetivos e métodos de trabalho podendo ser exemplificada pelos sindicatos, cooperativas, associações profissionais dentre outras organizações. Todavia, nem sempre a participação voluntária surge como iniciativa dos membros do grupo. Às vezes ela é provocada por agentes externos ajudando ou manipulando-os a atingirem os objetivos previamente estabelecidos e neste caso, a participação é dirigida ou manipulada. E finalmente existe ainda a participação concedida como, por exemplo, a participação nos lucros concedida por empresas a seus trabalhadores (BORDENAVE, 1983).

Dentre muitos aspectos envolvendo a variável “participação” é importante mencionar também a fiscalização de serviços públicos. Segundo Bordenave (1983), refere-se à autonomia dos grupos populares organizados em relação aos poderes do Estado e das classes dominantes. Uma autonomia, não voltada para a anarquia, mas voltada para o aumento do grau de consciência política dos cidadãos, o reforço do controle popular sobre a autoridade e o fortalecimento do grau de legitimidade do poder público quando este responde às necessidades reais da população.

Esta participação popular na fiscalização dos serviços públicos é um dos focos de estudo de Putnam (1996) quando referiu em seu estudo, que os lugares onde o associativismo era mais intenso, como o caso do norte da Itália, eram também regiões mais desenvolvidas e com um governo forte. Para este autor, é a participação cívica e não o desenvolvimento sócio-econômico, que influencia o desenvolvimento de um governo regional.

Os sentidos e significados atribuídos ao entendimento sobre a participação, não são observados de modo unívoco, podendo haver diferenças conceituais e níveis de variações entre as percepções dos indivíduos de um mesmo grupo ou de um grupo social em relação a outro. Assim, a noção de participação no interior dos grupos sociais é generalizada considerando a diversidade, a multiplicidade e, até mesmo, a ambiguidade e a contradição existentes no campo da sociedade civil. Carlos, Zorzal e Silva (2006) retratam esta afirmativa por meio de uma pesquisa em que buscam conhecer a percepção da participação entre a população em geral e para as lideranças locais de uma determinada região. Eles mencionam que “entre a população verifica-se, de modo predominante, uma percepção de participação à partir de sua relação com as melhorias materiais e coletivas obtidas”. Já a percepção de participação entre as lideranças refere-se à prática e à ação. “As lideranças populares

percebem a participação como um fazer, um agir e caracterizam-na a partir da especificação deste agir” (CARLOS; ZORZAL; SILVA, 2006, p. 184).

Nesta pesquisa a população confere à participação uma relação com a obtenção das necessidades materiais básicas do cotidiano vivido. Uma referência à solução de problemas da pobreza e da precariedade das condições de vida. Um meio para atender às necessidades materiais coletivas, uma forma de gerir as mazelas sociais, uma forma de obter resultados materiais voltados à melhoria das condições de vida. (CARLOS; ZORZAL; SILVA, 2006).

Para Bordenave (1983, p. 22), "a palavra participação vem da palavra parte. Participação é fazer parte, tomar parte e ter parte". Por meio desta síntese o autor faz a diferenciação entre a participação ativa e a passiva afirmando que quando a pessoa toma parte de alguma situação, isto representa um nível mais intenso de participação e que quando a pessoa apenas faz parte de um grupo, mas não tem uma participação mais pontual, esta representa a participação passiva.

Martinez (2010) também abordou estas duas formas de participação em que as pessoas podem ser situadas. Para este autor a participação ativa refere-se ao envolvimento dos sujeitos situando-os como eixos e protagonistas em processos de deliberação e tomada de decisões. A passiva seria aquela em que o sujeito possui acesso a bens e serviços através de políticas públicas.

Dentro destes contextos é possível afirmar que uma participação ativa coloca o sujeito como responsável pelas mudanças que estão ocorrendo ao seu redor no sentido de transformar sua realidade, mas em benefício de todos.

Busca-se com o exposto, fundamentar que a palavra "participação" pode ser percebida por vários contextos dentro da sociedade. Dentre os agrupamentos de pessoas com propensão à participação, o associativismo foi o que cresceu vertiginosamente nos últimos tempos.

Embora a participação seja um termo que se remete a diversos contextos sejam eles mais abrangentes como apenas pertencer a um grupo ou entidade civil até um contexto mais pontual como contribuir diretamente em atividades, eles se combinam e coexistem de diferentes maneiras conforme as condições sociológicas e históricas. A orientação para esta pesquisa se dá por meio de uma participação ativa dos membros da associação em prol de uma contribuição para o benefício da organização como um todo. O simples fato de se associar em uma organização já é caracterizado como uma participação e isto retratam o ideal de desenvolvimento e superação de dificuldades.

A simples iniciativa de inserção em grupos como as associações de produtores pode representar a oportunidade de ser participativo diante do fato de que, os agricultores

familiares muitas vezes acostumados a viverem focados em sua propriedade e restritos àquele meio possuem dificuldades de desenvolverem a habilidade de participar que pode crescer rapidamente quando existem oportunidades de praticá-la (BORDENAVE, 1994). Além disso, a inserção das pessoas nestes grupos menores pode representar uma iniciativa e o ponto de partida para entrada em grupos maiores. Assim, "quando se promove a participação deve-se aceitar o fato de que ela transformará as pessoas, antes passivas e conformistas em pessoas ativas e críticas" (BORDENAVE, 1994, p. 77).

O fato de participar de um grupo permite uma abertura a processos mais dinâmicos que constituem e modificam a sociedade. "Com isso, o significado de participação é transferido da dimensão superficial do mero ativismo imediatista, em geral sem consequência para o todo, para o cerne das estruturas sociais, políticas e econômicas" (CARLOS; ZORZAL; SILVA, 2006, p. 169).

Sobre participação, Bordenave (1983) realiza várias considerações importantes já expostas neste item e vale considerar dentre suas observações que a participação é uma vivência coletiva e que somente se pode aprender na práxis grupal. Por isso, não é um conteúdo que se possa transmitir e nem uma destreza que se possa adquirir pelo mero treinamento. Ele ainda enfatiza que,

A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata em realizar, fazer as coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a autoexpressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas e ainda, a valorização de si pelos outros (BORDENAVE, 1983, p. 16).

E é partindo deste ponto, em que a prática da participação envolve a satisfação de outras necessidades, que será retratado também a prática da cooperação visto que, são variáveis complementares do capital social e importantes no desenvolvimento de um grupo de pessoas focadas nos mesmos objetivos.

2.4.2 Cooperação

Conhecendo um pouco do conceito e o contexto do associativismo, busca-se uma reflexão acerca do valor e do impacto da cooperação no trabalho em equipe e a vantagem desta variável tão importante do capital social nestas organizações.

Barnard (1938) já se referia ao termo cooperação quando propôs uma teoria da cooperação na organização formal, conforme afirma Chiavenato (2001). Para Barnard (1938), os seres humanos não são entidades discretas e isoladas com poder de ajustamento ao meio. Na verdade, eles vão muito além, ou seja, possuem capacidade de mudar o caráter dos ajustamentos em função de suas experiências anteriores. Como os seres humanos atuam por interação com outros semelhantes, nesta interação, ambas as partes envolvem-se mutuamente, cada uma influenciando a atitude que a outra irá tomar (CHIAVENATO, 2001).

Outro contexto abordado por Chiavenato (2001) é o das limitações pessoais que são próprias de cada pessoa, podendo estas, serem de natureza física, biológica, psicológica ou social. Devido a estas limitações as pessoas são restringidas a realizarem sozinhas, seus objetivos. E é por isso que surge a necessidade de cooperação entre as pessoas, excedendo as limitações pessoais e a ação isolada de cada uma. E é esta necessidade de cooperação entre as pessoas que as levam a constituírem grupos sociais (CHIAVENATO, 2001).

O trabalho em conjunto das pessoas nestes grupos sociais, ressaltam a existência de valores informais e normas compartilhadas, que são valores importantes para a existência de cooperação conforme aponta Fukuyama (1996). Neste sentido, as relações sociais entre os indivíduos que constituem uma sociedade, de modo a promover um ambiente de cooperação mútua, visa o bem estar coletivo e não apenas o bem estar individual.

Entretanto para a união de pessoas em grupo, a limitação para se alcançar os objetivos comuns não é a capacidade individual, mas sim, a habilidade do trabalho em equipe. É comum em trabalhos em equipes a existência de conflitos visto que as pessoas mesmo buscando objetivos comuns, tendem ao individualismo. Em associações este problema não está impossível de ocorrer, mas tende a ser menor devido às regras da organização e as pessoas estarem sujeitas a serem excluídas do grupo se contrariar as regras.

Por isso, nestas organizações deve haver também o predomínio da confiança que é um fator determinante para a cooperação. E a própria cooperação gera confiança, dependendo que haja para isso um ambiente estável. As relações estabelecidas entre os indivíduos nestes espaços grupais de forma horizontal são capazes de gerar confiança social por isso são essenciais para a vida em comunidade. Um componente altamente produtivo do capital social são as regras de reciprocidade generalizada e os sistemas de participação cívica. “Quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo” (PUTNAM, 1996, p. 183).

Conforme Putnam (1996), só existe capital social com a existência de confiança mútua entre os indivíduos (reciprocidade). E para que haja cooperação é preciso não só confiar em outras pessoas, mas também acreditar que goza da confiança dos outros.

2.4.3 Confiança

A confiança é considerada uma das mais importantes dimensões do capital social, pois pode proporcionar o fortalecimento do elo entre as pessoas envolvidas em grupos sejam eles família, grupos sociais, de trabalho, dentre outros. O capital social pode ser mais elevado onde existe confiança mútua entre as pessoas e facilita a busca por objetivos comuns. Sendo assim,

...o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse (...). Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança(...) (COLEMAM, 1990 apud PUTNAM, 1996, p. 177)

As relações entre indivíduos possibilitam determinar o nível de confiança e o comportamento das pessoas. “Quando dizemos que confiamos em alguém, estamos querendo dizer que pertencemos à mesma comunidade de valores e sabemos que ele estará tão orientado para atender a meus/nossos interesses quanto eu próprio estaria, se estivesse no lugar dele.” (ROMANIELLO, 2009, p. 31)

Conforme aponta Locke (2003) a literatura aponta duas correntes à respeito do que venha a ser confiança e uma delas desloca-se para o lado da economia apontando para interesses próprios. Para este autor, a confiança reside no fato de que “o comportamento confiável, começa com o interesse próprio, conforme se manifesta no comportamento cooperativo entre atores maximizadores de utilidade” (LOCKE, 2003, p. 259). Este autor aborda ainda que apesar de algumas pessoas cooperarem e/ou agirem de forma confiável por afeto ou compromisso moral, a maioria das pessoas aproximam-se dos outros, por interesse próprio (HARDIN, 2001 *apud* LOCKE, 2003).

Fukuyama (1996) também chega a abordar em sua obra, a visão dos economistas à respeito da confiança. Segundo ele,

Os economistas argumentam tipicamente que a formação de grupos sociais pode ser explicada como resultado de um contrato voluntário firmado entre indivíduos que calcularam racionalmente que a cooperação serve aos seus interesses em longo prazo. Por essa ótica, a confiança não é necessária à

cooperação: autointeresse esclarecido, juntamente com mecanismos legais como contratos podem compensar a ausência de confiança e permitir que estranhos criem em conjunto uma organização que trabalhará em prol de um propósito comum. Grupos podem ser formados a qualquer momento baseados no autointeresse, e formação de grupos não depende de cultura (FUKUYAMA, 1996, p. 41).

Mas o que ficou claro nesta pesquisa e que Fukuyama corrobora, contrastando com a visão dos economistas é que embora contratos e autointeresses sejam fontes importantes de associação e servem para salvaguardar as relações, as organizações mais eficientes são baseadas em comunidades de valores éticos compartilhados e servem de base para a confiança mútua (FUKUYAMA, 1996).

Este autor abordou em um dos capítulos de sua obra, exemplos de sociedades econômicas bem sucedidas onde as pessoas eram motivadas por algo maior que o interesse individual, retratando confiança como o motivo de união entre os membros. Dentre estes exemplos, ele menciona o caso de uma empresa que ao enfrentar uma grave crise financeira e econômica, reduziu o tempo de trabalho e o salário de seus funcionários evitando a demissão de grande parte deles. Em outro caso ele citou o exemplo de “capatazes” que poderiam ordenar e avaliar o trabalho uns dos outros dentro de suas repartições. Com estes exemplos o autor afirma que “os agentes econômicos apoiaram-se entre si porque acreditaram que formavam uma comunidade baseada na confiança mútua” (FUKUYAMA, 1996, p. 23).

Esta visão mencionada por Fukuyama retrata a visão sociológica da confiança também mencionada por Locke (2003) que também é a visão de Putnam (1996). Para este último autor as regras de reciprocidade e os sistemas de participação são fontes conexas para a confiança social e as regras de reciprocidade generalizada é um componente altamente produtivo do capital social. Onde essa regra é obedecida as comunidades têm condições de coibir o oportunismo e solucionar os problemas de ação coletiva.

Tomando como base as teorias sociológicas, a emergência de estudos relacionados ao associativismo e cooperativismo tem buscado o contexto de inserção da confiança como caminho para o bom êxito de organizações em que predomina o trabalho grupal e a mútua confiança.

Para a união de um grupo de indivíduos em busca de determinados resultados, não basta que eles estejam em busca de um objetivo comum. Antes, é preciso que se orientem em conceitos oriundos das relações humanas como é o caso da confiança, amplamente discutido nas ciências sociais. Ela está no cerne das relações familiares, de amizade e econômicas,

podendo ser encarada como o ponto central para o desenvolvimento do ser humano (TONINI; MACKE, 2007).

A confiança, variável importante de uma sociedade provida de capital social, deve estar incorporada no menor e mais fundamental grupo social que é a família, nos grupos intermediários até o maior de todos os grupos, a nação. Este atributo é essencial nas relações entre pessoas, grupos ou organizações aspirando a preservar-se em longo prazo, no sentido de comprometimento e desenvolvimento.

Para Fukuyama (1996), confiança não reside em circuitos integrados ou cabos de fibra ótica e também, não se reduz a informação, embora envolva uma troca de informações. É assim que este autor retrata em seu estudo esta variável do capital social, em um capítulo onde faz uma síntese sobre a revolução da informação. Para ele,

confiança é a expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros dessa comunidade. Essas normas podem ser sobre questões de “valor” profundo, como natureza de Deus ou da justiça, mas também compreendem normas seculares como padrões profissionais e códigos de comportamento (FUKUYAMA, 1996, p. 41).

Para Putnam (1996), a confiança de uma comunidade é alcançada quando há um conhecimento mútuo entre os seus membros e a elevação dessa confiança transforma estas comunidades ricas por meio do civismo.

As relações sociais estabelecidas em uma organização que envolve um grupo de indivíduos unidos por objetivos comuns como, por exemplo, uma associação, deve enfatizar a confiança como aspecto fundamental para o fortalecimento do capital social. Assim,

Surgindo de várias formas, as associações de produtores possuem como princípios básicos do associativismo no meio rural, a confiança e a participação. A confiança se faz necessária para manter a união entre os produtores associados, e a participação é o que vai garantir se os benefícios da organização da associação serão válidos ou não (LEONELLO, 2010, p. 41- 42).

Sustenta-se, portanto conforme contribuições de Putnam e outros autores, que valores como participação, cooperação e confiança são atribuídos ao capital social e devem ser compartilhados por indivíduos, principalmente quando se trata de grupos que compartilham dos mesmos objetivos tornando-se o pilar de sustentação para uma sociedade menos individualista. Estes componentes básicos do capital social envolvem a construção de vínculos sociais, mas envolvem um processo de transformação sofrendo influência de fatores

externos onde as pessoas estão envolvidas em um processo de mobilização social, mas dentro de um contexto em busca de objetivos comuns definido como aspectos importantes para o processo de empoderamento.

2.5 Empoderamento

O empoderamento é uma palavra que se encontra amplamente difundida na literatura por meio de diversos conceitos dependendo do contexto histórico, político, econômico e social em que deverá ser abordado. Ele norteia trabalhos que relatam diversas áreas do conhecimento como saúde pública, psicologia, administração, sociologia dentre outros, propondo reflexões em torno do tema. Por ser este conceito importante para entender as relações sociais existentes em uma associação de agricultores familiares torna-se necessário percorrer autores diversos e adotar algumas contribuições para o entendimento do empoderamento que aqui será mencionado.

Para resgatar o conceito que abrange um dos objetivos desta pesquisa, vale mencionar a primeira dimensão do termo empoderamento no mundo, retratado por Baquero (2012). Em revisões bibliográficas em obras relacionadas ao tema, Baquero expõe que *empowerment* é um conceito que tem raízes na Reforma Protestante iniciada pelo monge Martinho Lutero no século XVI, na Europa, num movimento de protagonismo na luta por justiça social. Lutero fez a tradução da bíblia para o alemão oportunizando aos mais diferentes estratos da sociedade alemã, o conhecimento de suas ideias, possibilitando o contato do povo simples e pouco culto com a bíblia. A escrita sempre esteve de alguma forma, associada ao poder e nas civilizações antigas, quem detinham este poder eram os escribas. O processo de Reforma, iniciado por Lutero oportuniza, com certas restrições, um empoderamento por parte das pessoas que com a tradução da bíblia, conseguiam realizar a leitura deste livro.

Trazendo o conceito para os tempos atuais Baquero, ainda constata que empoderamento, passou a ser utilizado como sinônimo de emancipação social, estando relacionado aos movimentos dos negros, das mulheres, dos homossexuais, movimento pelos direitos da pessoa deficiente, dentre outros. “O marco histórico que trouxe notoriedade ao conceito foi a eclosão dos novos movimentos sociais contra o sistema de opressão em movimentos de libertação e de contracultura, na década de 1960 do século passado nos Estados Unidos” (BAQUERO, 2012, p. 174-175).

Dando continuidade ao seu uso no decorrer do século evidencia-se uma construção conceitual “nos anos 1970 influenciada pelos movimentos de autoajuda; seguindo nos anos

1980 pela psicologia comunitária e, nos anos 1990, pelos movimentos que buscam afirmar o direito de cidadania sobre distintas esferas sociais, dentre as quais a da saúde” (CARVALHO, 2004 apud KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 735).

Por ter sido conhecido mais recentemente por meio dos movimentos emancipatórios dos Estados Unidos é comum encontrarmos autores que usam “*empowerment*” e não “empoderamento”. Não sendo encontrado nos dicionários da língua portuguesa, este é um termo novo, que entrou para o vocabulário atual com uma interpretação relacionada ao “poder” de pessoas ou grupos.

Cabe relatar conforme aponta Gohn (2004) que o empoderamento não tem um caráter universal. No Brasil, por exemplo, pode estar relacionado às relações sociais que ocorrem para o desenvolvimento de um grupo como pode se referir a uma visão mais individualista com a integração de pessoas excluídas das relações sociais. Portanto empoderamento,

Tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social); como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e de mandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal e etc, em sistemas precários, que não contribuem para organizá-los porque os atendem individualmente, numa ciranda interminável de projetos de ações sociais assistenciais (GOHN, 2004, p. 23).

Herriger (2006 apud KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 738) afirma que o empoderamento possui duas dimensões, psicológica e política. A dimensão psicológica “refere-se ao desenvolvimento de um determinado modelo de autorreconhecimento, através do qual as pessoas adquirem ou fortalecem seu sentimento de poder, de competência, de autovalorização e autoestima”. Já a segunda dimensão refere-se à dimensão política “implica na transformação das estruturas sociais visando à redistribuição de poder, produzindo mudanças das estruturas de oportunidade da sociedade”.

Kleba e Wendausen (2009) referenciando outros autores importantes no entendimento do termo ressaltam a existência de uma terceira dimensão que seria o grupal ou das organizações sociais. Partindo destas três dimensões, muitas vezes interdependentes, buscam-se alguns conceitos para melhor direcionar o entendimento sobre o termo “empoderamento”.

Na concepção Freiriana, as pessoas devem ser capazes de tomar as iniciativas próprias em busca dos objetivos e por isso, devem lutar pelo empoderamento e não esperar que alguém faça por si. Esta concepção Freiriana se remete ao nível de empoderamento individual que diz

respeito ao aumento da capacidade de os indivíduos se sentirem influentes nos processos que determinam suas vidas. É uma dimensão focada na autoestima e autoconfiança das pessoas.

Kleba e Wendausen (2009) reconhecem não apenas recursos e possibilidades pessoais ou coletivas, mas também sua capacidade em sair de uma posição de impotência e resignação convertendo em ação social e na conformação de seu entorno. Aqui as pessoas desenvolvem novas habilidades para enfrentarem em seu cotidiano incertezas, adversidades e situações de risco.

Muitos autores corroboram a ideia de que o empoderamento pode ocorrer também nos níveis organizacional e comunitário. O empoderamento organizacional é aquele gerado na e pela organização onde os funcionários passam a participar das decisões da empresa. No caso específico da sociedade civil, o empoderamento organizacional “possibilita que seus membros ou público alvo participem, de forma mais ou menos direta, das decisões estratégicas e operacionais” (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007, p. 496).

Já o empoderamento comunitário é “o processo pelo qual os sujeitos – individuais e coletivos – de uma comunidade, por meio de processos participativos, constroem estratégias e ações para atingirem seus objetivos coletiva e consensualmente traçados” (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007, p. 496). O referido empoderamento também citado por alguns autores como estrutural ou político, “envolve um processo de capacitação de grupos ou indivíduos desfavorecidos para a articulação de interesses, buscando a conquista plena dos direitos de cidadania, defesa de seus interesses e influenciar ações do Estado” (BAQUERO, 2012, p. 177–178).

O empoderamento é um conceito que sempre esteve de alguma forma, relacionado ao poder e à articulação social de indivíduos envolvidos em grupos ou comunidades, levando em consideração que em uma determinada comunidade pode existir diversos grupos interagindo e poderes diferenciados. Por meio da contextualização das três dimensões de empoderamento torna-se necessário reconhecer que,

o empoderamento pessoal não se realiza de forma independente, mas implica um processo de integração na comunidade, em que as diferentes formas de engajamento são campos de aprendizagem e reconhecimento junto aos membros do grupo, contribuindo para fortalecer sentimentos como autorrealização, identidade e pertencimento (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 739)

O valor de um indivíduo na sociedade deve-se dar pela capacidade de resolver seus problemas por si só sem precisar de um agente externo para resolver por elas. E é nesta

concepção que o empoderamento deve ser julgado, valorizando o ser humano como capaz de alcançar seus objetivos por meio de seus esforços e competências. Esta ação de empoderamento deve ocorrer em interação com outros indivíduos em uma ação coletiva. Conforme aponta Freire, em diálogo com Ira Shor, *empowerment* é muito mais que um invento individual ou psicológico indicando um processo político das classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação (FREIRE; SHOR, 2011, p. 188-189).

Referindo-se às citadas dimensões de empoderamento anteriormente expostas, tornou-se conveniente para esta pesquisa firmar a ideia de que a dimensão organizacional só se concretiza a partir da dimensão individual, ou seja, é necessário que as pessoas se fortaleçam e trabalhem no sentido de promover a transformação das estruturas de oportunidades. O empoderamento deve estar envolvido em um processo coletivo, onde “o poder não se dá de maneira monolítica, não está num espaço pré-determinado, mas funciona em rede de modo que seu exercício mais ínfimo encontra apoio em outros pontos da rede, podendo se potencializar e potencializar outros poderes”(FOUCAULT, 1994 apud KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 736).

Empoderamento, portanto se refere “à ação coletiva e individual desenvolvida pelos indivíduos, quando participam de espaços privilegiados de decisões, e de consciência dos direitos sociais”. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento podendo atingir, a compreensão de teias complexas de relações sociais (PEDINI; MACHADO, 2014, p. 462).

Para associar o estudo sobre o associativismo é importante destacar o nível grupal, pois este desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, perseguição de objetivos idealizados, um *know-how* prático e orgulho partilhado por todos acerca de “seu projeto”. Além disso, promovem estruturas decisórias participativas, ação social coletiva, articulação em rede com outras pessoas e organizações (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 742).

No caso de uma associação deve-se levar em consideração que ela existe dentro de um ambiente em que outros grupos também estão interagindo. Nas ideias de Foucault (1981 apud PEDINI; MACHADO, 2014, p. 59) “existem na sociedade diversas relações se manifestando de forma sutil, ou seja, aquele que num determinado momento exerce o poder, em outro está sob a influência deste”. Por isso o poder ocorre dependendo da situação em que as relações acontecem e nem sempre é imposto.

Nas ideias de Foucault, “não se trata de dizer “o que” é o poder, e, sim, “como” esse poder age, circula e se exerce. Dispõe-se da afirmação que o poder não se dá, não se troca,

nem se retoma, mas se exerce – só existe em ação” (FOUCAULT, 1981 apud PEDINI; MACHADO, 2014, p. 59).

Robert Putnam (1996) tornou-se autor referencial nos estudos sobre a sociedade civil, ao final do século XX e início deste, desenvolvendo alguns conceitos básicos para entender a questão do empoderamento, dentre eles, comunidades cívicas e capital social. Com relação às comunidades cívicas este autor afirma que a cidadania implica em direitos e deveres iguais para todos e que sua união se dá por relações horizontais de reciprocidade e cooperação e não por relações verticais de autoridade e dependência. Na relação do empoderamento com o capital social o autor afirma que a confiança entre indivíduos é algo essencial para que possa haver cooperação e esta, é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica.

Confiança, cooperação, ganho de poder, são componentes básicos do capital social e aspectos definidores para o processo de empoderamento, que envolve um processo de transformação sofrendo influência de fatores externos onde as pessoas estão envolvidas em um processo de mobilização social, mas dentro de um contexto em busca de objetivos comuns.

3 METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado junto aos associados na Associação de Cafeicultores Familiares de Santo Antônio do Amparo (AFASA). Trata-se de uma pesquisa empírica devido à interação face a face entre pesquisadora e pesquisados onde o pesquisador precisa “ir ao campo” que está investigando. "O pesquisador precisa inserir-se no espaço social coberto pela pesquisa, necessita estar com pessoas e presenciar as relações sociais que os sujeitos-pesquisados vivem. É uma modalidade de pesquisa que se faz em presença" (MEKSENAS, 2007 apud FIGARO, 2014, p. 126).

A pesquisa foi realizada utilizando das abordagens qualitativas e quantitativas, uma vez que a análise qualitativa permite aprofundar a interação com os atores sociais envolvidos, tornando uma importante fonte de informações, que levam à compreensão do fato estudado. Minayo, Deslandes e Gomes (2002, p. 22-23) afirma que “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações médias e estatísticas”.

A abordagem quantitativa, analisada por meio de frequências estabelecidas, permite a complementação dos dados. Godoy (1995, p. 58) considera esta abordagem como sendo aquela pesquisa em que "tudo poder ser quantificável, o que significa traduzirem número, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de métodos e técnicas estatísticas" .

Como na referida pesquisa foram utilizadas as duas abordagens considera-se a contribuição de Figaro (2014). Segundo ele, "na perspectiva da pesquisa envolvida com recolha direta de dados de um grupo de informantes, localizado em dada realidade social concreta, métodos quantitativos e qualitativos podem ser utilizados desde que os objetivos e a coerência da pesquisa empírica sejam mantidos" (FIGARO, 2014, p. 126).

Para a realização da pesquisa foram estabelecidos alguns passos. O primeiro passo foi uma visita à associação com entrevista ao presidente, tesoureiro e secretário. Nesta oportunidade foi apresentado aos membros, o interesse em realizar uma pesquisa com aquele grupo específico de produtores. Os entrevistados apresentaram a história da constituição da associação e disponibilizaram algumas informações relevantes para o entendimento do processo de formação, além de apresentarem as instalações da mesma. Esta etapa da pesquisa permitiu o enriquecimento dos dados obtidos durante o desenvolvimento da mesma.

O segundo passo foi o contato com um técnico da Emater, que atende a região de Santo Antônio do Amparo, e tem os dados de cafeicultores desta região. Assim, foi possível

conseguir os contatos de todos os associados da Afasa sendo estes, os atores sociais de interesse para a aplicação da pesquisa.

De posse deste banco de dados composto pelo nome e número dos telefones dos associados, foi realizado o terceiro passo do estudo fazendo-se um contato prévio por telefone com os mesmos, para agendar uma visita em seu domicílio ou em sua propriedade. Em torno de 30% das tentativas de contato não foi possível completar as ligações e 25%, ou seja, 16 associados foram realizados os agendamentos. Os outros 45% não foi possível o agendamento por motivos diversos como viagem dos mesmos, ou não morar no município, dentre outros aspectos que impossibilitaram a visita no período da pesquisa.

Tendo como base conceitual e teórica as revisões bibliográficas relacionadas ao capital social, ao associativismo e empoderamento, definiu-se o quarto passo da pesquisa, concretizada na elaboração de um roteiro de entrevistas que gerou um questionário semi estruturado composto por 22 questões que embasaram a análise da existência ou não do capital social na organização em estudo, além de permitir analisar o empoderamento dos associados. As questões abordadas (Apêndice 1) foram referentes ao perfil dos entrevistados (sexo, faixa etária e escolaridade), e buscou conhecer a existência de capital social (participação, cooperação e confiança) e empoderamento.

O quinto passo valeu-se da concretização das entrevistas efetivadas dentro do período de 06 a 31 de Outubro de 2017 no domicílio dos associados ou em suas propriedades conforme combinado previamente por telefone. A confiança e o comprometimento das pessoas que responderam às entrevistas foram observados pela satisfação e interesse em sempre acrescentar alguma informação relacionada com a pergunta, e isto revelou a qualidade das informações colhidas. Desde a aproximação dos sujeitos da pesquisa até a análise dos dados, pode-se dizer que se buscaram informações próximas da fidedignidade do objeto estudado. Os dados coletados foram descritos com base nas dimensões do capital social e no empoderamento.

Em vários momentos das entrevistas, algumas perguntas tiveram que ser readequadas, ajustando-se ou mudando a forma de expressão, de modo a facilitar a compreensão dos respondentes quanto ao conteúdo da pergunta. Este é um dos aspectos que caracteriza a entrevista semiestruturada, ou seja, “a flexibilidade na sequência da apresentação das perguntas ao entrevistado e o entrevistador poder realizar perguntas complementares para entender melhor o fenômeno em pauta” (MANZINI, 2012, p. 156).

Vale ressaltar que “quando realizamos uma entrevista, atuamos como mediadores para o sujeito apreender sua própria situação de outro ângulo, conduzindo o outro a se voltar

sobres impróprio, incitamo-lo a procurar relações e a organizá-las”. Os entrevistados refletem sobre suas vidas e fornecem matéria-prima para nossas pesquisas. “Avaliando eu meio social, ele estará se autoavaliando, se autoafirmando perante sua comunidade e perante a sociedade, legitimando-se como interlocutor e refletindo sobre questões em torno das quais talvez não se detivesse em outras circunstâncias” (DUARTE, 2009, p. 220).

À partir da finalização do trabalho de campo foi realizada a análise de conteúdo que constituiu no sexto passo da pesquisa. Para isso foram seguidas algumas etapas essenciais para a concretização dos resultados que foi a pré-análise, a exploração do material e, o tratamento e interpretação dos dados. É importante considerar que estas etapas são essenciais na análise de conteúdo conforme Bardin (2010).

Sendo uma importante técnica para o tratamento de dados, Vergara (2012) também menciona estas etapas. Sendo assim,

A pré-análise refere-se à seleção do material e à definição dos procedimentos a serem seguidos. A exploração do material diz respeito à implementação destes procedimentos. O tratamento e a interpretação, por sua vez, referem-se à geração de inferências e dos resultados da investigação. “Nesta última fase, suposições poderão ser confirmadas ou não” (VERGARA, 2012, p. 10).

Na pré-análise, os dados levantados com a aplicação da pesquisa foram transcritos e as questões, agrupadas de acordo com os objetivos da pesquisa (Apêndice 2), ou seja, todas as questões que permitiram identificar a existência da participação e envolvimento dos associados na organização foram agrupadas. E assim, sucessivamente foi feito com as questões relacionadas com a identificação de cooperação, confiança e empoderamento. As questões relacionadas ao perfil dos participantes também foram agrupadas separadamente, por caracterizar os atores sociais entrevistados. Foram gerados cinco agrupamentos de respostas para serem exploradas.

A próxima etapa consistiu na exploração do material, onde as questões foram transformadas em tabelas para melhor identificação dos dados. Esta etapa permitiu a formação de agrupamentos das respostas que possibilitou a enumeração da ocorrência de palavras repetidas pelos entrevistados, agrupando também aquelas que produziram o mesmo sentido, inferindo enfim em uma palavra que as pudessem representar. Isto permitiu traçar a frequência de repetições para possibilitar a interpretação. O tratamento e interpretação dos dados permitiu desenvolver os resultados e discussão para a referida pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussão trazem à tona os objetivos da pesquisa para apresentar o que foi possível identificar com a realização do trabalho de campo.

No primeiro subitem será retratado o Resgate Histórico da Associação dos Agricultores Familiares de Santo Antônio do Amparo e em seguida será apresentado o perfil dos associados para melhor caracterizar o universo pesquisado. No terceiro subitem serão abordadas as entrevistas realizadas junto aos agricultores familiares associados que permitiram conhecer a existência de capital social. Nesta etapa foram analisados os agrupamentos de respostas relacionadas à participação, cooperação e confiança e discutidas, para a busca da existência ou não destas variáveis dentro da associação. Por fim será apresentado o resultado das análises relacionadas à existência ou não de empoderamento entre os associados.

4.1 Resgate Histórico da Associação dos Agricultores Familiares de Santo Antônio do Amparo (Afasa)

A Afasa é uma associação civil sem fins lucrativos ou econômicos com personalidade jurídica própria tendo sido constituída em 17 de maio de 2008 com 16 associados, que são agricultores familiares da economia cafeeira e desde então, vem aumentando seu quadro social que conta atualmente com 61 membros (ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO - AFASA, 2014).

O projeto inicial de criação da Afasa se deu com o apoio da Fundação *Hanns R. Neumann Stiftung* (HRNS) que é uma fundação sem fins lucrativos de origem alemã fundada em 2005 pela família de *Michael R. Neumann*. Esta família está há décadas envolvida no setor cafeeiro, desde a produção até a comercialização, sendo conhecidos no mercado pela empresa familiar, *Neumann Kaffee gruppe*. A iniciativa de fundar a HRNS se deu pela necessidade de apoiar pequenos agricultores capacitando-os e fortalecendo a capacidade de obter melhores meios de vida (HANNIS R. NEWMANN STIFTUNG - HRNS, 2017).

A HRNS iniciou seus investimentos na Fazenda da Lagoa em Santo Antônio do Amparo em 2007, com um projeto denominado “Força Café”. A importância desta fundação para a Afasa se deu devido ao fato de que em 2008, na sede da Força Café foi cedida uma sala para que os fundadores começassem a desenvolver os trabalhos para a criação da Associação.

A situação vivenciada por aquele grupo naquele momento era de baixa produtividade somada às dificuldades de acesso aos processos de inovação e de avanços tecnológicos adequados ao processamento do café, potencializados pela ausência de recursos e de informação. Isto repercutia na falta de padronização do processo de produção o que impedia o acesso a mercados de cafés especiais que pagariam melhores preços por um produto de boa qualidade. A situação vivida por estes associados evidenciava uma realidade da agricultura familiar que sempre ocupou um lugar subalterno e secundário na estrutura agrária brasileira, sendo impossibilitada de desenvolver suas potencialidades em virtude da grande propriedade ser sempre imposta como modelo socialmente reconhecido (WANDERLEY, 1996).

Em 2009, diante deste contexto, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), desenvolveu um projeto financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) com o objetivo de testar um modelo de Processamento de Café em uma unidade comunitária. Por meio deste projeto os cafeicultores da Afasa foram treinados para a implantação de Boas Práticas Agrícolas (BPA's) de colheita e pós-colheita, visando sanar a dificuldade que os associados apresentavam em qualificar seus produtos e consolidar a participação nos mercados, ampliando a participação e reduzindo custos. As BPA's promovem a melhoria da qualidade do produto, consolida e amplia a participação nos mercados e reduzem custos. Estas práticas “são baseadas nos princípios de segurança alimentar, preservação ambiental e respeito aos envolvidos no processo produtivo, visando integrar sob um só conceito as exigências agronômicas e as do mercado” (PEREIRA, 2013, p. 20).

O maior benefício proporcionado por esta Unidade Comunitária de Processamento (UCP) foi a união dos cafeicultores, trazendo grandes vantagens quanto ao processamento e a comercialização de lotes maiores e homogêneos, com maior qualidade, tornando-se mais competitivos nos mercados de maior remuneração. Visando o fortalecimento da Associação, foi validado também um modelo de gestão participativa por meio da orientação e qualificação na gestão da Associação, para que assim os cafeicultores desfrutassem da UCP já construída, de uma forma mais precisa e usassem de sua força e união para ganhar o mercado (CHALFOUN, 2013).

Os projetos desenvolvidos com o apoio da EPAMIG proporcionaram também a compra de máquinas de processamento e de torrefação para a associação. Em um terreno cedido pela prefeitura municipal de Santo Antônio do Amparo foi iniciada a construção da sede (Figura 01) onde os próprios associados trabalharam para a viabilização da construção.

Figura 1 - (A) Construção da Sede da AFASA; (B) Trabalho dos associados na Construção.



Fonte: Chalfoun (2017).

Além da sede foi também construído o galpão para que as máquinas pudessem ser instaladas (Figura 02) e a partir disso, vários avanços foram ocorrendo com o apoio do projeto e com outras parcerias, essenciais para sustentar o desenvolvimento da organização e incentivar os agricultores ao trabalho coletivo.

Figura 2 - Conclusão da obra do galpão e instalação das máquinas.



Fonte: Chalfoun (2017).

Por meio das orientações de Boas Práticas agrícolas desde a pré-colheita até a pós-colheita foi obtido um café de um talhão experimental de cada um dos participantes do projeto e enviado para análise na Cooperativa dos cafeicultores da Zona de Três Pontas (Cocatrel). Após a determinação da qualidade da produção do lote final, foi feita a comercialização quando os cafeicultores perceberam que seu produto teve agregação de valor constituindo-se no primeiro retorno positivo advindo da associação.

Considera-se que as ajudas motivadas pelas instituições citadas foram importantes para alavancar as ações de constituição da associação. No entanto os trabalhos de apoio e incentivo proporcionaram inclusive que a venda da produção pudesse atingir o mercado externo. A concretização da exportação do café dos agricultores familiares da Afasa ocorreu pela primeira vez em 2012, com apenas quatro anos de existência, significando mais uma das maiores conquistas dos associados.

Em meio à articulação entre a HRNS e a Cooperativa de Exportadores de café (*Sun-Coffee*) que, enxergaram na Afasa a possibilidade de exportar seu café, incentivaram para que os produtores levassem as amostras de café a serem avaliados pelos provadores da *Sun Coffee* tendo sido aprovada por estes avaliadores. Com o fortalecimento do diálogo com o comprador americano (*Atlas Coffee Importers*), um lote de café produzido no ano agrícola 2011/2012 foi vendido diretamente pela Associação. Em 2013, um lote de café produzido pelos associados, classificado pelas normas da *Speciality Coffee Association of America* (SCAA) como café especial (notas 80 a 84) foi comercializado a US\$ 264 / saca de 60 Kg, portanto com um valor 97% superior ao preço de mercado. Mais duas empresas (italiana e canadense) têm pago pela qualidade do café desta associação (EMATER, 2017) .

A embalagem do café comprado pela *Atlas Coffee Importers* (Figura 03) demonstra a valorização do café importado dentro dos padrões de qualidade exigidos pelo mercado consumidor exigente pela qualidade levando o nome da Afasa para fora do país além de relatar o nome do produtor vencedor do concurso de qualidade na embalagem, servindo de incentivo para que os associados busquem sempre esta qualidade e valorização de seu trabalho.

Figura 3 - Embalagem de café exportado para a *Atlas Coffee Importers*.



Fonte: Da autora (2018).

A partir de 2012 as exportações de café tornaram-se anuais. No ano de 2017 foram enviados dois *container's* de café da Afasa. Mesmo os que não vão para exportação conseguem um valor excelente para o mercado interno. A busca por conseguir o mínimo para pontuação leva os produtores a buscarem um produto de qualidade constantemente, visando competir no mercado.

Atualmente, as parcerias com as instituições já citadas ainda continua sendo importante, e dentre elas confere-se a atuação da Emater que desenvolve trabalhos de parceria junto à associação desde sua criação, possibilitando o seu desenvolvimento e a sustentabilidade da mesma. Como um dos objetivos da Afasa é a inserção dos cafeicultores ao mercado *fair trade*, torna-se necessário os trabalhos da Emater junto aos agricultores que estão sendo preparados para o Certifica Minas Café, programa de certificação coordenado pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) e gerenciado pela Emater. Ela é responsável pela assistência técnica e auditoria aos agricultores familiares e atualmente, inseriu 12 associados, que estão sendo treinados para esta certificação. Para que a *Fair Trades* e concretize na associação é necessária adesão de no mínimo 20 associados. O Certifica Minas Café torna-se uma “porta de entrada” para a conquista futura do *Fair Trade*.

Com seus dez anos de existência, confere-se à Afasa a característica de ser autônoma tornando-se cada vez mais ativa pela eficiência dos próprios membros e funcionários e a experiência já adquirida no modelo em questão.

Esta Organização possui um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal. A Diretoria Executiva é composta pelo presidente, vice-presidente, tesoureiro e um secretário que devem ser eleitos a cada dois anos através da Assembleia Geral, sendo vedada a reeleição consecutiva. E isto é importante porque possibilita maior oportunidade e capacidade administrativa a todos os membros. Ao final do mandato, são formadas as chapas dentre os associados e para a eleição é feita uma votação aberta onde é necessário o mínimo de 2/3 de votos para a chapa ser eleita. O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e três suplentes eleitos para um mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição de dois terços dos seus componentes (AFASA, 2014).

A atual administração começou seus trabalhos em janeiro de 2016 e encerrará seu mandato em dezembro de 2018. Conforme já mencionado, atualmente é composta por 61 associados destacando que 11,4% são mulheres e 88,6% homens. Isto ressalta que a mulher vem tomando importância na representação dos negócios da família, mas observa-se que ainda é pouca, a sua participação. É importante considerar ainda, que estes cafeicultores possuem uma média de oito a dez hectares em produção, fato que os qualifica como

agricultores familiares de acordo com a lei 11.326/2006. Esta lei afirma que um dos quesitos para ser agricultor familiar é não possuir área maior que quatro módulos fiscais (BRASIL, 2006). Conforme tabela de índices básicos relacionados ao sistema nacional de cadastro rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrário (INCRA), o módulo fiscal do município de Santo Antônio do Amparo - MG é equivalente a trinta hectares (ha)³.

A inserção na associação não é um processo simples. Tudo ocorre em comum acordo entre todos na oportunidade das assembleias. A pessoa interessada em associar-se deve procurar a mesma e comunicar sua intenção que será levada até a assembleia para votação. Ao ser aceito, este membro irá ficar em um período de seis meses de adaptação onde será observado e avaliado. Após este período, e efetivada a sua inserção, ele entrará doando uma saca de café para a associação e quando membro efetivo pagará uma taxa fixa mensal no valor de R\$25,00 que será cobrado trimestralmente no montante de R\$75,00.

O patrimônio que compõe a sede atual está composto pela estrutura onde funciona a secretaria e a sala de classificação. Possui também o terreiro de café para uso dos associados e um galpão composto pelo armazém e pela repartição onde estão instaladas as máquinas de secar e de beneficiamento do café (Figuras 04). Vale salientar que são os próprios associados que vão até a Associação, secam seu café, beneficiam e somente quando o produto entra no Armazém é que passa a ser responsabilidade da Associação. Isto ressalta o maior envolvimento e participação dos associados no dia a dia da organização. Ressalta-se ainda que os associados tenham à disposição, um trator que compõe o patrimônio da organização.

³ INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA - **Tabela com módulo fiscal dos municípios**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

Figura 4 - (A) Sede; (B) Sala de Classificação; (C) Terreiro de secar café; Estrutura para o preparo do café: (D) Secador, (E) (F) máquina de beneficiar.



Fonte: Da autora (2018).

No armazém 99% dos associados guardam seu café, sendo aproximadamente 100 sacas de café por produtor, separadas por lotes. Cada produtor possui o seu código de lote e cada um pode ser ainda separado por micro lotes, devido à qualidade diferenciada do café que cada um possui conforme Figura 05. É importante destacar que o armazém possui capacidade

para 12.000 sacas de café. O atual tamanho da estrutura física bem como a quantidade de máquinas existentes são fatores que limitam o número de associados.

Figura 5 - Armazém com disposição das sacas por lotes.



Fonte: Da autora (2018).

Para a classificação e definição dos lotes a Afasa possui um profissional capacitado para separar o café conforme as especificações e qualidade, tornando-se possível a separação destes lotes. Após este processo de classificação, são repassadas as características do café que está sendo armazenado na associação para o produtor.

Confere-se, portanto à Afasa uma organização comprometida com seus objetivos e com o grupo como um todo dando oportunidades de agregação de valor e inserção no mercado por meio de venda conjunta além da valorização do associado como ator social empoderado.

4.2 Perfil dos entrevistados

Para a busca dos resultados referentes aos objetivos propostos para o referido estudo foram entrevistados 26,6% dos associados, ou seja, 16 pessoas de um universo de pesquisa composto por 61 associados.

Dos entrevistados, 12,5% eram mulheres e 87,5%, homens. Com relação à idade verificou-se que 6,25% possuem idade compreendida entre 30 e 45 anos, 25% possuem idade acima de 60 anos e a maioria, ou seja, 68,75% estão dispostos na faixa etária compreendida entre 45 e 60 anos.

Foi verificado que o nível de escolaridade dos associados entrevistados é de 56,25% para o fundamental incompleto e de 18,75% para o ensino fundamental completo e os níveis, médio completo e superior completo ficaram com 12,5% cada um.

Com relação ao tempo em que participam da Afasa como associados, 25% estão na associação há menos de três anos e 75% compreendidos entre 3,1 a 9 anos como associado e destes, 37,5% são sócios fundadores.

4.3 Capital Social

4.3.1 Participação

A participação é uma variável que permite conhecer a existência de capital social em uma organização e para a análise da existência de participação e envolvimento dos associados na Afasa foram realizadas algumas questões aos entrevistados que foram agrupadas conforme Apêndice 2.

Com o primeiro questionamento, “Qual seu grau de envolvimento na Associação?”, foi possível identificar que 93,75% dos associados participam das assembleias e 87,5% participam de eventos que ocorrem na associação podendo estes, estarem relacionados a palestras, cursos de capacitação e treinamentos. Grande parte dos temas abordados nestes eventos trata-se de assuntos referentes ao manejo do café, comercialização e certificação. Ainda com relação ao grau de envolvimento na associação, 56,25% dos entrevistados afirmaram participar em atividades voluntárias em prol da organização e 37,5% afirmaram pertencer à diretoria. Observa-se que há pouca participação na diretoria e isto pode estar relacionada à limitação de pessoas neste espaço. Para dar maior oportunidade e incentivar a capacidade administrativa dos associados, existem as eleições a cada dois anos, não podendo haver reeleição. Estes dados sugerem que a participação dos membros na associação é maior em espaços que retratam diretamente assuntos ligados ao negócio café, como foi o caso das assembleias e dos eventos. Neste sentido, revela-se o envolvimento maior aos espaços que afetam diretamente a cada integrante.

Foi realizada ainda, uma análise para verificar se o tempo como associados interferia no grau de envolvimento na associação (diretoria, assembleia, eventos e atividades voluntárias). As entrevistas foram comparadas em três intervalos de tempo como associados, sendo estes intervalos divididos em: 0 a 3 anos; 3,1 a 7 anos e 7,1 a 9 anos (Tabela 01).

Tabela 1 - Tempo em anos de associação e grau de envolvimento na associação.

Tempo em anos de associação	Grau de envolvimento na associação (respostas em percentual)							
	Diretoria		Assembleias		Eventos		Atividades voluntárias	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
0 - 3	25,00	75,00	75,00	25,00	75,00	25,00	25,00	75,00
3,1 - 7	33,30	66,70	100,00	0,00	100,00	0,00	83,3,	16,70
7,1 - 9	50,00	50,00	100,00	0,00	83,30	16,70	50,00	50,00

Fonte: Da autora (2018).

Com base na Tabela 01 foi possível observar que a tendência de participar aumenta após os três primeiros anos como associados. O grau de envolvimento dos entrevistados na diretoria da Afasa foi maior entre os que possuem entre 7,1 a 9 anos como associados com o percentual de 50%. Dos entrevistados que pertencem à associação no período compreendido entre 3,1 a 7 anos, 33,3% pertencem à diretoria e apenas 25% destas respostas são pessoas associados em menos de três anos.

Já participação em assembleias foi observada em 100% dos associados há mais de três anos enquanto os com menos de três anos possui uma participação menor (75%). O estudo permitiu ainda verificar que a participação em eventos e em atividades voluntárias também foi mais representativa entre os entrevistados que possuem mais de três anos como associados. Observa-se, portanto que os membros com menos de três anos possuem uma participação menor em relação àqueles com mais tempo no grupo, em todos os itens analisados, o que pode ser explicado por motivos como a falta de conhecimento ou a pouca experiência dos mesmos no processo associativo.

Do ponto de vista da participação como variável importante para a existência de capital social, conforme já apontado por Putnam (1996), defendeu-se aqui a hipótese de que a participação na associação fosse um aspecto relevante nas relações interpessoais, capaz de fortalecer o capital social e promover o desenvolvimento da organização. Esta ampla participação em assembleias, observada nas duas avaliações anteriores, deixaram evidente a importância deste espaço de participação para os associados, pois assim, eles têm a oportunidade de acompanharem as decisões e os acontecimentos que ocorrem na organização tornando-se mais atualizados e envolvidos nestas decisões, tomadas dia a dia pela diretoria e que são essenciais para o bom êxito da organização. A participação em eventos que ocorrem na associação, tendo sido lembrados pela maioria como palestras, foi mencionada como de grande importância para se atualizarem com relação às novidades em pesquisas e para conhecerem melhor os procedimentos do manejo da lavoura. Esta participação em eventos reflete o bom êxito no dia a dia com a lavoura onde por meio das técnicas e conhecimentos

adquiridos, os produtores têm condições de aplicar no seu cafezal refletindo na melhoria da qualidade do produto.

Quando se trata de pertencer a uma associação, Mattos e Santos (2013, p. 125) afirmam que “dois aspectos importantes devem caminhar concomitantemente: a gestão transparente e democrática e a participação ativa dos associados nas decisões da cooperativa”. Estes autores fizeram uma pesquisa em uma cooperativa mista e segundo eles, não basta o cooperado entregar sua produção para a cooperativa, mas deve também exercer sua obrigação de sócio envolvendo nas decisões da organização e inclusive se informando do que acontece dia a dia.

A ocorrência de desentendimentos ou conflitos dentro da Afasa foi também analisada partindo do pressuposto de que este é um aspecto que interfere negativamente na participação entre membros, em grupos. De acordo com os resultados da pesquisa, observou-se que 50 % dos entrevistados afirmaram existir conflitos e 50% afirmaram não existir. Embora tenha sido solicitado na questão para explicarem quais seriam estes conflitos, a maioria dos entrevistados deu uma justificativa e, algumas respostas esclareceram esta percepção, conforme a seguir:

Não existe. Todo mundo entra em acordo mesmo se tem um que não está concordando com alguma coisa (Produtor 05).

Sim. Quando se trata de alguém achar que seu lote poderia valer mais e não consegue o preço que achava (Produtor 12).

Às vezes. Não sair do jeito que a gente quer (Produtor 14).

Às vezes tem coisas que uns acham que é bom fazer e outros discordam, tanto na parte de comercialização quanto na área de assistência (Produtor 15).

De acordo com a análise destas respostas foi possível identificar que tanto quem respondeu positivamente, quanto quem respondeu negativamente, retrataram uma mesma realidade, ou seja, as respostas deixaram evidente que o que realmente acontece é uma divergência de ideias onde nem sempre todos aceitam alguma decisão ou providências que são tomadas dentro da organização. No entanto, em busca de um bom êxito da organização, uma parte acaba cedendo e todos entram em acordo, o que não pode ser caracterizado como conflito. Conforme Bordenave (1994, p. 73) “a qualidade da participação aumenta quando as pessoas aprendem a manejar conflitos, clarificar sentimentos e comportamentos, tolerar divergências, respeitar opiniões, adiar gratificações”.

Para melhor entendimento desta questão torna-se necessário esclarecer que é quase impossível, que em um conjunto de sujeitos não haja conflitos, visto que cada um tem uma

personalidade e uma forma de pensar e agir, próprios. Mas é importante que haja discernimento para a resolução destes conflitos que no caso de uma associação, deve ocorrer em conjunto entre todos os associados e assim entrarem em acordo, o que ficou claro por meio das respostas analisadas. Ainda de acordo com Bordenave (1994, p. 41) “as condições de participação no mundo atual são essencialmente conflituosas e a participação não pode ser estudada sem referência ao conflito social”. Por isso, sendo a pluralidade de personalidades existente dentro de uma organização como a Afasa, um fato concreto, fatores de conflitos devem ser analisados levando em consideração sua interferência no dia a dia do ambiente. E o que ficou evidente foi a não existência de conflitos e a existência de uma participação ativa dos associados. Bordenave (1994) ainda afirma que o diálogo é a maior força da participação onde os indivíduos se colocam no lugar do outro para compreender seu ponto de vista, respeitar a opinião alheia e aceitar a vitória da maioria. A tolerância a longas discussões servem para chegar a consenso satisfatório para todos.

Os entrevistados foram questionados também sobre como se dá a comunicação dos associados com os membros da diretoria, partindo da hipótese de ser um meio de comunicação importante, pois é por meio da diretoria que se passam todos os procedimentos legais e de interesse de todos. Nesta questão, pelo fato de o entrevistado poder escolher uma ou mais opção de resposta, cada análise foi realizada comparando com 100% do número de entrevistados.

Os dados da pesquisa revelaram que 75% dos entrevistados afirmaram se comunicar diretamente com a diretoria. Isto reflete uma participação mais ativa dos associados por se sentirem mais confortáveis junto à diretoria para conversarem, esclarecerem dúvidas ou expor sugestões. Dos entrevistados, 43,75% afirmaram possuir uma relação de comunicação na secretaria o que revela que os membros preferem uma comunicação de caráter particular junto aos membros da diretoria ou à secretaria do que nas assembleias, o que pode revelar um ponto positivo pela aproximação e a transmissão de informações pertinentes e mais legítimas. Apenas 6,25% se comunicam nas assembleias.

Em uma pesquisa realizada na Cooperativa Mista Vista Gaúcha, COOPERVISTA para analisar a participação e o comprometimento dos sócios nas rotinas, nas atividades e decisões da organização identificou-se que 50% de associados, manifestam sua opinião ou realizam algum tipo de questionamento nas assembleias e 50% disseram não se manifestar, que vão apenas para ouvir. Neste item está clara a dependência dos associados quanto à tomada de decisão pela direção da cooperativa, necessitando um processo de educação participativa a fim de despertar neles o interesse e o comprometimento com os assuntos decisórios. A autora

ressalta que muitos associados tendem a ficar inibidos e não participar das assembleias, por terem caráter muito formal e protocolar e por contarem com a presença de um maior número de pessoas. Este relato confirma a observação realizada com relação aos membros da Afasa (MATTOS; SANTOS, 2013).

A quarta abordagem relacionada à participação dentro do agrupamento foi relacionada à quais seriam as fontes de informações que os entrevistados buscam sobre mercado, economia e política. Nesta questão o entrevistado poderia escolher dentre as seguintes opções: parentes, amigos ou vizinhos; jornal local ou da comunidade; rádio; televisão; colegas de trabalho; internet e *Whatsapp*. Ficou também em aberto para “outra opção” que fosse lembrada por eles (Tabela 02). Como eles poderiam optar por mais de uma resposta, a somatória do percentual da tabela não fecha em 100%, ou seja, cada análise foi realizada comparando com 100% dos entrevistados. Observou-se que as fontes de informações utilizadas pelos associados para conhecerem notícias sobre mercado, economia, política dentre outros foi também um indicativo de participação nesta pesquisa a partir das respostas obtidas.

Tabela 2 - Fontes de informações que os associados buscam.

Quais são as fontes de informações que busca sobre mercado, economia, política, etc.		
Opção	%	Número de respostas
Televisão	50,00	8
Internet	37,50	6
<i>Whatsapp</i>	31,25	5
Associação	31,25	5
Filhos	12,50	2
Jornal local ou da comunidade	12,50	2
Agrônomos	06,25	1
Palestras	06,25	1
Agência de notícias de café	06,25	1
Rádio	06,25	1

Fonte: Da autora (2018).

Embora 50% do total de entrevistados tenham mencionado a televisão como fonte de informação e 37,5% a internet, observou-se que uma parte dos entrevistados reconhecem os colegas e a associação em si, como fontes de informações com 31,25% das respostas relacionadas à Associação e 31,25% relacionadas ao *WhatsApp*. Importante destacar que não houve na questão a opção pela associação e mesmo assim ela foi lembrada como fonte de informação pelos pesquisados em “outras opções”, reafirmando a importância e o ponto de referência que ela significa para os membros associados.

Isto sugere que as pessoas envolvidas em associações bem estabelecidas, desempenham um papel fundamental ao proporcionar e expandir informações visto que, a carga de conhecimento que todos trazem, seja por tempo de experiência na atividade ou por aprendizado em cursos profissionalizantes ou de graduação, são compartilhados entre os membros nestes grupos. Estas mesmas pessoas munidas de redes sociais como o citado *WhatsApp*, rede social também usada como meio de comunicação, possibilita que as informações sejam dispersas com facilidade e abrangência, revelando-se como o meio de comunicação moderno e facilitador de participação grupal, possibilitando uma troca de informações de forma recorrente.

Em uma pesquisa realizada sobre redes sociais e sistemas de informação no meio rural, Magalhães (2011), informa que o rádio tende a reproduzir o que os jornais impressos local ou regional relatam. Assim também a TV serve de “vitrine” tecnológica, pois as apresentações instantâneas tornam irrecuperável a informação, salvo se estiver sendo gravada. Por isso, “os tradicionais meios audiovisuais, famosos por sua penetração em comunidades rurais se mostram de baixa eficiência”. Ainda segundo esta pesquisa, as informações muito específicas de cada região são supridas pelo contato pessoal (MAGALHÃES, 2011, p. 15).

A pesquisa realizada na Afasa demonstra que o uso das técnicas modernas de comunicação por parcela significativa dos associados, já os diferencia do conceito tradicional de agricultores familiares isolados, constituídos de indivíduos pouco afeitos a ferramentas modernas de trabalho justamente por esta facilidade de suprir as informações específicas da região, por meio do contato pessoal, conseguido principalmente via grupos de *WhatsApp*. A associação e os associados constituem fontes importantes de informações o que revela uma confiança entre os integrantes do grupo em suas tomadas de decisões.

No entanto, ressalta-se que a televisão é ainda uma importante fonte de informação, visto que ela também proporciona entretenimento, principalmente quando se trata de localidades rurais que possuem restrições de lazer.

Com referência à questão “em sua opinião, quais diferenças são problemáticas na proximidade dos indivíduos em uma associação? Você percebe isto na Associação?”. Dos entrevistados 68,75% afirmaram não perceberem nenhum tipo de diferença que possa interferir na participação dos membros, 25% disseram existir algumas diferenças e 6,25% não souberam responder. Dos entrevistados que responderam existir diferenças dentro da Afasa alguns não explicaram o que seria esta diferença, no entanto 50% das respostas positivas se referiram à diferença social, conforme expresso nas entrevistas,

Quando a pessoa é mais simples e fica tímido para conversar, parece que fica mais afastado (Produtor 01).

Pessoas de uma cultura melhor podem influenciar. Tem que saber levar (Produtor 13).

Estas respostas podem ser relacionadas ao que Tonini e Macke (2007) analisaram em uma pesquisa realizada em na Associação dos produtores de vinhos finos no Vale dos Vinhedos (Aprovale), na busca pelo resultado da relação entre a presença de capital social e confiança na referida associação. Identificaram que as diferenças materiais (pobres/ ricos) ocasionadas pelas transformações vivenciadas no local, além da questão do nível educacional são considerados fatores de divergência e conflitos dentro da associação.

Bordenave (1994) menciona que as diferenças individuais na forma de participar devem ser respeitadas, pois nem todas as pessoas participam da mesma maneira. Segundo ele "há pessoas tímidas e outras extrovertidas, umas gregárias e outras que gostam de certa solidão, umas que são líderes e outras que gostam de segui-las". A diversidade de "carismas" deve ser aproveitada sem exigência de comportamentos uniformes e pouco naturais entre as pessoas. A não uniformidade de comportamentos pode representar o desenvolvimento de outras habilidades que podem agregar positivamente ao grupo (BORDENAVE, 1994, p. 79).

Ressalta-se que a variável participação, como fator determinante de capital social dentro de uma associação foi positiva no estudo em questão, visto ser uma associação de agricultores familiares, relativamente nova no município e que começou do zero. Verificou-se que os associados participam das assembleias e de eventos para se inteirarem melhor dos assuntos relacionados à sua atividade no dia a dia. A ausência de conflitos revela-se como um fator positivo devido ao fato de que conflitos, interfere negativamente na participação das pessoas nos grupos. Um fator preponderante de participação, também ficou expresso pela confiança em se informarem melhor na associação ou junto aos membros por meio de redes sociais, pois esta confiança ressalta que a participação tende a ser maior quando se tem uma maior aproximação o que pode possibilitar o desenvolvimento da mesma.

4.3.2 Cooperação

Neste tópico foram abordados os levantamentos realizados para a identificação da existência de cooperação entre os membros associados da Afasa. Considera-se que a cooperação, tratada no questionário como "ajuda mútua", é uma variável de grande importância no estudo do capital social que possibilita um laço de confiança entre grupos.

O primeiro questionamento buscou identificar a frequência com que as pessoas se ajudam umas às outras. Observou-se por meio dos resultados, conforme Tabela 03, que 56,25% dos entrevistados afirmaram que os associados sempre se ajudam dentro da associação, 37,5% responderam que a ajuda mútua ocorre algumas vezes e apenas 6,25%, disseram que raramente as pessoas se ajudam umas às outras.

Tabela 3 - Frequência com que as pessoas se ajudam na associação.

Com que frequência as pessoas nesta associação se ajudam umas às outras?		
Opção	%	Número de respostas
Sempre	56,25	09
Algumas vezes	37,50	06
Raramente	06,25	01
Total	100,00	16

Fonte: Da autora (2018).

Este questionamento foi base para a segunda abordagem que buscou conhecer como seria esta ajuda mútua entre os associados onde, cada entrevistado tinha a total liberdade para responder como seria esta ajuda, de acordo com sua percepção. Os agrupamentos de respostas se deram em quatro categorias sendo elas: informação, comercialização, troca de serviços e procurar eventos juntos (Tabela 04). A escolha destas categorias levou em consideração palavras sinônimas como, por exemplo, “comunicação”, “interação”, “dar dicas”, “conversas”, que foram agrupadas dentro do item “informações”. Vale considerar que cada participante deixou claro em suas respostas mais de uma percepção, por isso, cada opção foi analisada com relação a 100% das respostas.

Tabela 4 - Em que os associados se ajudam na associação.

Em que se ajudam?		
Opção	%	Número de respostas
Informações	87,50	14
Comercialização	25,00	04
Troca de serviços	18,75	03
Procurar eventos juntos	06,25	01

Fonte: Da autora (2018).

Identificou-se que 87,5% dos entrevistados disseram se ajudar por meio de informações, 25% se ajudam por meio da comercialização, 18,75% por meio da troca de serviços e 6,25% se ajudam por meio da busca por eventos em grupo. O item "informações", mencionado foi referenciado principalmente ao manejo da lavoura, ou seja, eles se informam indicando insumos que estão gerando bons resultados, épocas para realizar determinadas

atividades ou como lidar com pragas ou doenças dentre outros tipos de informações, facilitadas muitas vezes pelas tecnologias disponíveis como, por exemplo, o *WattsApp*. Algumas respostas exemplificam bem esta questão,

Informação de como cuidar do café e de como cuidar da lavoura (Produtor 02).

Para dar dicas sobre o manejo do café e não perder épocas (Produtor 05).

As pessoas se comunicam para indicar produtos (Produtor 06).

Informações através do grupo de *WattsApp*; informações sobre roubo e tudo que acontece na região (Produtor 08).

Notou-se certa empolgação por parte dos entrevistados ao mencionarem a ajuda mútua por meio de informações, pois isto evidencia uma situação de isolamento vivenciada antes da formação da Afasa. A partir da formação da referida associação e o contato direto com os outros associados, os membros passaram a adquirir maior experiência e compartilhamento de informações. Esta experiência, seja ela positiva ou negativa, possibilita a abrangência aos outros membros, por meio do repasse das informações, refletindo que o sucesso seja alcançado para maior número de produtores e conseqüentemente, a diminuição dos riscos e insucessos. É importante destacar que isto significa o empoderamento dos próprios associados e o interesse pela busca de novas conquistas rumo à melhoria da produção visando qualidade.

A facilidade de comunicação promovida por meio de redes sociais disponíveis possibilita a interatividade e o acesso a informações que podem ser propagadas de forma rápida e contínua. Isto propicia uma aproximação e comunicação entre membros de um mesmo grupo dispersos por regiões. Observa-se esta consideração por meio da seguinte resposta,

se ajudam por meio de informações devido a todos morarem distantes uns dos outros (Produtor 12).

A distância em que os associados moram uns dos outros foi uma das observações feitas por alguns produtores no momento da entrevista e que pode ser considerado um gargalo, quando se trata de uma ajuda mais pontual na lida da lavoura por exemplo. Embora todos os associados sejam pertencentes ao mesmo município, foi possível observar que muitos moram em comunidades distantes, podendo variar até 15 km de distância uns dos outros, o que impossibilita muitas vezes uma ajuda direta na troca de serviços ou outras formas de ajuda, que seriam possíveis morando perto uns dos outros.

Mesmo assim, identificou-se na pesquisa que a troca de serviços foi para 18,75% dos entrevistados uma forma de ajuda mútua, o que indica que mesmo estando dispersos pelo município, ainda é possível esta forma de cooperação entre alguns membros desta associação.

Entrando ainda na discussão relacionada à forma como os associados se ajudam, 25% dos entrevistados mencionaram a "comercialização", conforme já apontado. Esta "comercialização" foi retratada como a compra coletiva de insumos, sementes, máquinas e outros, mas também foi considerada a venda conjunta do produto, via associação. Constatou-se que este ato de cooperação aqui relatado por alguns membros possibilita benefícios financeiros a todos os envolvidos. A Associação revela-se como um meio eficiente para os agricultores familiares terem acesso a insumos e implementos com bons descontos por meio da compra coletiva, o que individualmente seria difícil de conseguir. Esta compra coletiva é facilitada pela cotação de preços dos produtos e insumos, realizada pela associação.

No entanto, a comercialização aqui citada, pode se referir também, à facilidade de inserção do produto no mercado, realizada por meio da associação que permite um retorno financeiro favorável para os associados. Revela-se com isso que o capital social promove o capital econômico, ou seja, "não existe o econômico sem o social. O social é fundante, determinante; o econômico é derivado, resultado, subordinado" (LEONELLO, 2010, p. 56).

Uma pequena minoria dos entrevistados, ou seja, 6,25%, mencionaram a busca por eventos como forma de ajuda mútua. Não se pode negar a importância deste tipo de cooperação, pois nestas oportunidades eles podem conhecer pesquisas que estão sendo desenvolvidas na área, além do conhecerem novas tecnologias, que possam ser utilizadas na lida diária com a cafeicultura. Estas oportunidades tornaram-se mais amplas com o acesso à associação e maior acesso a informações.

Considerou-se que o associativismo na Afasa é propício para a cooperação promovida pelas relações sociais existentes entre os membros. Conforme Fukuyama (1996), as relações sociais constituídas entre indivíduos em uma sociedade estão relacionado ao capital social. Estas relações promovem um ambiente de cooperação mútua, visando o bem estar coletivo e não apenas o bem estar individual.

O outro questionamento que procurou conhecer a existência de cooperação dentro da organização foi relacionado a como a ajuda mútua refletia em suas vidas. A partir da análise das respostas obtiveram-se as seguintes frequências: 56,25% mencionaram a agregação de conhecimento, 12,5% não souberam expressar e os outros 31,25% diversificaram bem as respostas deixando claro certa satisfação.

Dentro da categoria “conhecimento”, expressa por 56,25% dos entrevistados foram agrupadas também algumas respostas relacionadas como, “troca de experiências”, “informações a mais”, “ajuda a ser mais comunicativo”, que foram algumas formas de expressar diferenciadas, mas que possibilitaram agrupar a um mesmo item. Ressalta-se assim, algumas considerações dos entrevistados, conforme a seguir,

Troca de informações. As pessoas se ajudam levando sabedoria (Produtor 02).

Reflete em conhecimento. Ajuda a ir aprendendo mais. Associação sem união não é importante (Produtor 05).

Ajuda a ser mais comunicativo com os outros (Produtor 16).

Todas as respostas possibilitaram o entendimento de que, o conhecimento, adquirido na maioria das vezes por meio da interação e a troca de experiências, refletem na valorização da produção e compartilhamento de informações refletindo de forma positiva em suas vidas. Isto é retratado como uma cooperação, pois antes da constituição da Afasa, essa troca de conhecimento era inexistente, o que propiciava prejuízos aos agricultores que interagiam com compradores que omitiam informações relevantes, pensando em seu lucro como comerciantes.

Ressalta-se também que, este conhecimento expresso pelos entrevistados possibilitou a percepção de que, a troca de experiências, a variedade de informações disponibilizadas e a sabedoria própria de cada um, pode possibilitar maior união entre os membros, permitindo vantagens para cada um em particular o que reflete no desenvolvimento do grupo. Conforme Putnam (1996), a participação em organizações desenvolve o espírito de cooperação e senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos. Isto ficou bastante evidente na pesquisa, pois os associados da Afasa entendem a importância de disseminar o conhecimento que eles possuem, muitas vezes concretizado através de informações, proporcionando o desenvolvimento individual e coletivo, respectivamente.

Ainda com referência a como a ajuda mútua reflete na vida de cada um, 31,25% dos entrevistados foram bem diretos em seus questionamentos. Responderam ser "bom para todos" ou ainda, que esta cooperação reflete na produção, qualidade, praticidade, além de evitar o roubo, problema muito frequente anteriormente à formação da associação, e sempre lembrado por eles durante a entrevista. Estas respostas, embora tenham sido variadas, deixaram evidente que esta ajuda mencionada é sempre satisfatória para suas vidas.

Para dar continuidade à análise da existência de cooperação na Afasa, os colaboradores foram questionados se percebiam naquela associação, algum tipo de contribuição dos associados em prol do desenvolvimento da mesma e de que forma seria esta contribuição. Das respostas, 81,25% foram positivas e 18,75% dos entrevistados ficaram em dúvida. Importante considerar que nenhum associado entrevistado, respondeu negativamente a este questionamento, levando à percepção de que, de alguma forma, sempre os associados estão desenvolvendo algo em prol da associação.

Para complementar esta questão, procurou-se conhecer qual seria esta contribuição em prol da associação. Dos entrevistados que responderam contribuir com a associação, alguns não quiseram ou não souberam exemplificar e das respostas obtidas, algumas se destacaram conforme a seguir,

Sim. O exemplo foi a construção do galpão e terreiro para secar café. Quando vai realizar palestras as pessoas se unem na organização (Produtor 01).

Sim. Ano passado precisava de dinheiro e a solução foi os associados emprestarem café, onde todos se disponibilizaram a emprestar (Produtor 08).

Já ocorreu no início com a construção. Nunca foi preciso, mas se precisar, todos se dispõem (Produtor 12).

Conforme respostas, observou-se que existe uma cooperação entre os membros em prol do desenvolvimento da associação lembrado por alguns como a construção das instalações da associação, organização de festas e eventos, ajudar os colegas em alguma atividade que possa necessitar. No entanto, algumas pessoas não souberam exemplificar, deixando uma impressão de que os membros são dispostos a ajudarem uns aos outros, mas falta uma iniciativa por parte de alguns para uma atuação mais ativa.

Buscou-se avaliar se os referidos atores sociais fizeram alguma atividade dentro do último ano em benefício da comunidade, no sentido de entender se eles cooperam somente entre eles, pensando em um benefício particular ou se esta habilidade existe de forma mais abrangente, ou seja, fora da associação, na comunidade em que vive. Vale ressaltar que uma associação pode contribuir com o desenvolvimento de uma comunidade por isso, a importância de ajudar as pessoas de fora da associação.

Foi possível observar por meio das respostas que, 56,25% afirmaram não ter feito nada em prol da comunidade dentro de um período de um ano e 43,75% responderam ter feito alguma coisa para ajudar as pessoas da comunidade. Algumas respostas expressaram o que teria sido este tipo de ajuda,

Sim. Geração de empregos durante a safra (Produtor 06).

Sim. Campanha de doação de café para o hospital (Produtor 09).

Sim. Doação de cascas de café para hortas comunitárias; doação de salas para produtores não associados fazerem cursos (Produtor 15).

Embora a questão tenha remetido ao entendimento por parte dos entrevistados da contribuição como indivíduos, se forem consideradas as ações da associação em prol da comunidade, como a referida doação de salas para cursos ou campanhas de doações de sacas de café, como a mencionada campanha para o hospital, estas devem ocorrer com a aprovação dos associados, em assembleias. E isto constitui uma realização para a comunidade, por parte dos associados, mesmo que de forma indireta. A iniciativa de cooperar é um domínio e uma habilidade individual observados em todos os meios em que se vive seja eles, família, comunidade, empresa, grupos sociais, dentre outros. Cooperar em um âmbito mais abrangente, com pessoas que não estão diretamente relacionadas ao grupo social ou de trabalho a que pertence, pode revelar que o indivíduo é propenso a cooperar e participar, independentemente de receber benefícios para si mesmo ou não.

Os resultados revelam que na Afasa os associados sempre se ajudam e esta ajuda refere-se principalmente à troca de informações, possibilitadas pelas redes sociais disponíveis, atingindo todos os associados que estão dispersos pelo município, em sua maioria, muito distantes uns dos outros. Isto ressalta na agregação de conhecimento e aumento da capacidade cooperativa. Os resultados abordados inferem que nesta associação, os indivíduos possuem consciência cooperativa e focam seus esforços em prol do desenvolvimento da organização considerando ser esta, importante para o fortalecimento de suas conquistas não somente materiais e econômicas, mas também como uma forma de inclusão social. Conforme contribuição de Aguiar e Ferreira Neto (2014), a cooperação entre indivíduos é visto como parte fundamental das relações sociais, sendo a base para a ação coletiva, e um meio para se alcançar os resultados esperados em termos de desenvolvimento.

4.3.3 Confiança

Na análise dos dados para a busca da existência ou não de confiança entre os associados, a primeira abordagem foi “o que você entende por confiança quando se trata da relação dentro da Afasa?”. As respostas foram agrupadas em quatro itens, organizados de acordo com a repetição das falas dos entrevistados sendo eles: transparência, união, honestidade e confiar na diretoria, conforme Tabela 05.

Tabela 5 - Entendimento de confiança quando se trata da relação dentro da associação.

O que você entende por confiança quando se trata da relação dentro da associação?		
Opção	%	Número de respostas
Transparência	50,00	08
União	25,00	04
Honestidade	12,50	02
Confiar na diretoria	12,50	02
Total	100,00	16

Fonte: Da autora (2018).

Verificou-se que “transparência” foi para 50% dos entrevistados o fator preponderante de confiança dentro de uma associação e 25% responderam que entendem por confiança, quando se tem união no grupo. Os outros 25% responderam, quando se trabalha com honestidade ou confiança na diretoria, respectivamente. Algumas respostas deixaram claro esta percepção, conforme a seguir,

É ter união para que haja mais confiança entre os membros (Produtor 01).

Se tivesse uma pessoa que eu não confiasse, eu não entraria. União das pessoas e confiança em todos (Produtor 06).

Conversar com alguém e ele te explicar as coisas bem e a gente entender bem (Produtor 10).

A total confiança e transparência entre associados e associação (Produtor 16).

Como "transparência" foi para a maioria dos entrevistados, neste caso específico, a principal característica de confiança dentro de uma organização associativa, torna-se evidente considerar este item como um ponto principal para que a organização mantenha-se viva e fortalecida. Assim sendo, “a confiança se estabelece quando uma parte acredita que a outra parte não vai explorar suas vulnerabilidades na relação” (DYER; CHU, 2003 apud BERTOSSO; EBERT; LAIMER, 2017, p. 309).

Foi realizada também uma análise para esclarecer se o entendimento sobre confiança se difere entre faixas etárias de associados conforme Tabela 06. Esta análise se faz importante, pois a faixa etária é um componente que pode interferir em uma relação grupal por considerar que a experiência de vida entre elas possa interferir também em suas opiniões e percepções. Em cada faixa etária analisada, os itens relacionados ao entendimento sobre confiança somam 100%.

Tabela 6 - Análise do entendimento sobre confiança entre faixas etárias.

Faixa etária	Entendimento sobre confiança na Associação	%
30 a 45	Transparência	100,00
	Total	100,00
45 a 60	Transparência	63,60
	União	09,10
	Outras respostas	27,30
	Total	100,00
Acima de 60	União	75,00
	Honestidade	25,00
	Total	100,00

Fonte: Da autora (2018).

Transparência foi fator primordial de confiança para 100% dos entrevistados com faixa etária compreendida entre 30 e 45 anos e para 63,6% dos entrevistados com faixa etária de 45 a 60 anos. Ou seja, abaixo de 60 anos, as pessoas consideram que para haver confiança entre pessoas de um grupo é preciso haver antes de tudo, transparência. Já para os entrevistados com faixa etária acima de 60 anos, a confiança tem a ver com a união entre os membros com 75% das respostas sendo que os outros 25%, entendem confiança como honestidade. Na faixa etária compreendida entre 45 a 60 apenas 9,1% das pessoas mencionaram que a confiança tem a ver com a união entre o grupo. Esta visão de confiança das pessoas acima de 60 anos pressupõe que, ao entendimento deles, havendo união, há confiança o que pode ser considerado um fator de risco porque nem sempre em uma relação de amizade existe honestidade o que pode representar uma “porta aberta” para o oportunismo.

O outro questionamento relacionado à existência de confiança na Afasa foi com relação à forma como os entrevistados se inseriram na associação (Tabela 07).

Tabela 7 - Como foi a inserção na associação.

Como foi sua inserção?		
Opção	%	Número de respostas
Incentivo de um amigo ou convite	62,50	10
Vontade própria	18,75	03
Nenhuma resposta	18,75	03
Total	100,00	16

Fonte: Da autora (2018).

Como a confiança é um fator que tem se revelado positivo dentro da Afasa, explica-se, portanto o porquê de 62,5% dos entrevistados terem mencionado a sua inserção na organização por meio de incentivo de um amigo ou convite. Este fato ressalta a importância da comunicação para a difusão da confiança visto que esta, quando adquirida por um sujeito tende a ser disseminada, incentivando outras pessoas a participarem do mesmo grupo, possibilitando o crescimento da organização. O incentivo à inserção de novos membros se

deve à percepção dos benefícios proporcionados pela prática associativa, conforme foi também observado por Leonello (2010), ao observar os resultados significativos obtidos por um grupo de associados que produziam maracujá no município paranaense de Corumbataí do Sul. Segundo ele, o tempo de interação mantido entre pessoas de um grupo são fatores que determinam o grau de confiança dentro deste ambiente.

Foi estabelecido também um estudo para analisar se a forma como o associado inseriu na organização, possui relação com o tempo em que eles se encontram como associados (Tabela 08).

Tabela 8 - Relação do tempo e forma como o associado se inseriu na organização.

A quanto tempo o sr(a) está associado à Afasa (em anos)	Como foi sua inserção?			Total (%)
	Vontade própria	Incentivo de um amigo ou convite	Nenhuma resposta	
0 a 3	00,00	18,75	06,25	25,00
4 a 7	06,25	25,00	06,25	37,50
8 a 9	12,50	18,75	06,25	37,50
Total				100,00

Fonte: Da autora (2018).

Foi observado nesta questão que independente do tempo de inserção na associação houve o predomínio de incentivo de amigo ou convite o que sugere uma relação de confiança entre os membros que os levam a incentivar outros cafeicultores para a entrada na organização. Vale ressaltar também que 18,75% dos associados se inseriram na associação por vontade própria e destes, 12,5% são sócios fundadores, o que representa um perfil de pessoas empreendedoras e com iniciativa para empreendimentos iniciais, que no caso específico foi importante para a constituição da organização.

É importante destacar aqui que uma das observações mencionadas pelo presidente e pelo tesoureiro na oportunidade da entrevista com eles foi com relação à continuidade das atividades da organização. Uma das observações realizadas referiu-se à permanência ou não do associado na organização. Segundo eles não é permitida a saída de um membro a não ser que ele seja arrendatário ou consorciado e tenha vencido o contrato. Neste caso, ele pode ficar afastado até retornar à atividade. Mas quando acontece de um associado desistir, não é permitido sua volta caso ele se arrependa, porque um dos pré-requisitos para a inserção em uma organização associativa é a confiança. Isto resalta também a seriedade de uma organização como a Afasa, que preza pelos valores conquistados e sustenta o compromisso de união entre os membros com participação, cooperação e confiança.

Conforme Putnam (1996, p. 180) “a confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança”. As relações sociais advindas da participação e cooperação em uma organização associativa, com indivíduos em busca de objetivos comuns, devem enfatizar a confiança como aspecto fundamental para o fortalecimento do capital social. As análises das entrevistas permitiram verificar que “Transparência” é fator primordial de confiança na Afasa e que os integrantes prezam pelo aumento e desenvolvimento da associação a partir do momento em que incentivam a entrada de novos membros, evidenciando que se existe incentivo, existe também confiança. Confere-se ainda que 75% dos associados estão associados há mais de quatro anos e esta permanência é também fator preponderante de confiança.

4.4 Empoderamento

O primeiro questionamento para analisar a percepção de empoderamento por parte dos associados foi relacionado à “qual seria a vantagem de submeter a sua produção à Afasa”. Nesta questão os entrevistados dedicaram bastante tempo da entrevista relatando sobre o que teria melhorado com a inserção de sua produção à Afasa e fizeram uma comparação com a vida que levavam antes de se tornarem associados.

As respostas foram agrupadas e organizadas em três categorias sendo elas: comercialização, agregação de valor e evitar atravessador (Tabela 09). O critério usado para o agrupamento das categorias levou em consideração não somente a repetição das palavras em comum, mas também foram agrupadas as palavras sinônimas à da escolha da categoria e que submetesse ao mesmo entendimento. Assim a categoria comercialização, refere-se também à “venda”, “compra conjunta”, “negociação”, “rentabilidade”, todas mencionadas nas respostas. Já a categoria “agregação de valor” remete ao acesso à estrutura física da associação que possibilita ao associado a utilização dos equipamentos e espaços necessários para agregar valor ao café, além da assistência técnica que também é um fator importante para direcionar o cafeicultor a uma produção de qualidade. É importante destacar que os entrevistados tinham a opção de responder livremente e por isto alguns deixaram evidente em suas respostas mais de uma categoria. Neste sentido, a soma geral do percentual de todas as respostas não equivale a 100% e cada categoria foi analisada comparando a 100% de entrevistados.

Tabela 9 - Vantagem dos entrevistados submeterem sua produção à Afasa.

Qual a vantagem de submeter sua produção à Afasa?		
Opção	%	Número de respostas
Comercialização	81,25	13
Agregação de Valor	43,75	07
Evitar atravessador	25,00	04
Nenhuma resposta	12,50	02

Fonte: Da autora (2018).

Constatou-se que 81,25% dos entrevistados mencionaram que a maior vantagem de submeter sua produção à Afasa é a comercialização da produção; 43,75% mencionaram a agregação de valor; 25% relataram não precisar mais de terceirizar a comercialização evitando assim “atravessadores” e 12,5% de entrevistados não responderam a esta questão.

Ficou evidente que a comercialização foi um grande desafio enfrentado pelos agricultores familiares e que foi melhorado, conforme mencionado por 81,25% dos entrevistados. Antes os agricultores familiares vendiam sua produção de café para terceirizados ou “atravessadores”, como muitos mencionaram, em valores abaixo do valor de mercado, por desconhecimento. Mas esta percepção só ficou clara quando começaram os trabalhos onde a venda passou a ser realizada através da associação e o retorno financeiro foi imediato. Esta situação evidenciou o prejuízo que os agricultores familiares tomavam até então, quando não conheciam a qualidade e o verdadeiro valor de seu café. Eles possuíam um potencial de desenvolvimento muito grande e por desconhecimento não sabiam. Assim a comercialização da produção foi mencionada de diversas maneiras conforme algumas entrevistas,

Vende-se melhor a preços mais acessíveis; melhor retorno de venda (Produtor 01).

Importante porque dão assistência. Ao negociar nosso produto procuram sempre o melhor preço (Produtor 03).

Bergamim (2004) abordou este tema em sua pesquisa, ressaltando que os agricultores familiares enfrentam os desafios da comercialização com mais fragilidade quando trabalham desorganizados e individualmente, uma vez que as dificuldades de acesso e de articulação com as quais se inserem no mercado estão relacionadas à pequena quantidade produzida, limitando o seu poder de negociação. O que Bergamim alega, confirma a importância da associação para os agricultores familiares.

Atrelada à comercialização, 25% dos entrevistados também mencionaram como vantagem na submissão de sua produção à Afasa, a não dependência de atravessador. Um dos problemas que enfrentaram antes da Associação, foi a desvalorização do seu produto por parte destes atravessadores e inclusive roubo de café pois os cafeicultores estavam expostos a terceiros e dependiam deles para conseguirem vender o seu produto. No entanto eles compravam um café que era de qualidade e que os próprios produtores desconheciam, e neste processo, por falta de conhecerem o valor e a qualidade do seu produto, vendiam para estas pessoas por um preço abaixo do preço de mercado e estes, eram os que realmente faturavam na venda do produto. Assim a vantagem de submeter a produção à Afasa é a não existência de oportunismo onde “terceiros” saem lucrando em cima dos produtores. Esta foi uma das motivações que permitiram a organização dos agricultores familiares, unindo-se para a concretização da Associação proporcionando o empoderamento dos mesmos. Algumas respostas esclareceram bem esta situação vivenciada pelos agricultores conforme a seguir,

A Comercialização. Antes ninguém sabia do preço do café na bolsa e quem comprava escondia a qualidade do nosso café. Era desvalorizado. Até para receber era difícil, pois a gente ia aos lugares e além deles enrolarem para pagar, davam cheques pré-datados, ou seja, ganhavam mais tempo ainda, em cima do prazo que combinávamos. Os terceirizados compravam café de qualidade, diziam que era bebida dura e depois conseguiam preço alto (Produtor 04).

Não preocupar com venda. Quando coloca na mão de terceiros não tem o produto valorizado (Produtor 05).

O nosso café sempre estava na mão de atravessador e ele falava que era bebida dura. Agora eu confio na Associação que não vai desvalorizar o meu café. Eles são honestos e vão passar pra gente a realidade da qualidade do nosso café (Produtor 06).

Evita atravessador; conseguir negociar a preço melhor; qualificação para exportar, pois como sou pequeno quero competir no mercado (Produtor 13).

Carvalho (2006) também identificou em sua pesquisa sobre a implantação de associações de produtores de leite em Águas Belas – PE, a melhoria de renda dos associados que sofriam com os intermediários, anteriormente à inserção na associação. Segundo a autora, na falta de informação com relação ao preço real do leite e a falta de escolha pra quem vender, os produtores vendiam sua produção de leite a preços muito baixos. Segundo dados da pesquisa, mais de 90% dos produtores afirmaram ter melhorado a renda advinda da produção de leite, depois da implantação da Associação.

A assistência da associação, o acesso à estrutura física e a equipamentos possibilitaram aos associados agregarem valor ao seu café e isto ficou evidente em 43,75% das respostas. Esta foi uma grande vantagem de submeter a produção à associação, pois, devido à condição de pequenos agricultores muitos não tinham condições financeiras de se equiparem. Com o acesso à estrutura da associação os membros possuem total liberdade para o uso onde eles mesmos limpam e processam o seu café e trabalham na secagem, no terreiro a eles disponível. Dentre as vantagens proporcionadas com a agregação de valor ao produto pode-se relatar a maior pontuação dada ao produto que confere um valor de mercado além do acesso ao mercado externo.

A certeza de que vão conseguir ter seu produto valorizado, com retorno financeiro garantido é para a maioria dos membros, a maior vantagem de submeter a produção em uma associação. Com a participação na Afasa, eles deixam claro a satisfação do retorno financeiro e inserção no mercado, a partir de um grupo organizado e focado na qualidade. Esta, é condição essencial de cooperação em uma organização.

Dentre as alternativas no que diz respeito à inserção do agricultor nos mercados locais e globais são, o associativismo agrícola. “Algumas vantagens do modelo cooperativo são suas possibilidades de barganhar melhores preços dos produtos ofertados, diversificarem a produção, obter melhores condições de crédito e eliminar os intermediários” (RECH, 2000, apud LIMA; VARGAS, 2015, p. 160).

O empoderamento dos associados foi também identificado quando interrogados sobre o maior benefício de fazer parte do referido grupo (Tabela 10). Nesta questão, em que eles podiam expressar abertamente suas percepções, foi feito o agrupamento das respostas de acordo com aquelas palavras em comuns ou semelhantes. Os agrupamentos foram os seguintes: comodidade, ajuda mútua ou cooperação, informações, confiança, união, participação em eventos. Nesta questão, cada resposta foi avaliada de acordo com 100% das respostas devido ao fato de que em cada resposta, os entrevistados mencionaram mais de uma das categorias selecionadas.

Tabela 10 - Benefício de fazer parte do grupo.

Qual o maior benefício de fazer parte deste grupo?		
Opção	%	Número de respostas
Comodidade	56,25	9
Ajuda mútua ou cooperação	25,00	4
Informações	18,75	3
Confiança	12,50	2
União	06,25	1
Participação em eventos	06,25	1
Nenhuma resposta	12,50	2

Fonte: Da autora (2018).

Foi possível observar que 56,25% dos entrevistados deixaram claro em suas respostas a comodidade, ou seja, colocando o produto na associação ele será negociado de acordo com suas características e o retorno financeiro será coerente com o seu valor. Essa comodidade pode ser também expressa pelo acesso à infraestrutura para agregar valor ao café como maquinários, terreiro de secar café e a segurança do local de armazenamento. Como bem expresso em algumas respostas,

Tenho confiança e fico tranquila como negócio porque sei que está nas mãos de pessoas confiáveis e confiança gera tranquilidade (Produtor 02).

Reconhecimento; agregação de valor no produto; ao encaminhar o produto para fora do país, como eles vistoriam para não usar veneno reflete na proteção do meio ambiente (Produtor 07).

Além destes aspectos é importante considerar que a ajuda mútua ou cooperação foi outro fator mencionado por 25% dos entrevistados, na forma de compra conjunta de insumos e sacarias. Este também é um fator indicativo de empoderamento devido ao fato de que, isoladamente os agricultores familiares não tinham condições de conseguirem esta vantagem o que foi possível após a união na associação.

Além disso, ainda foi mencionada nesta questão a “informação”, “confiança”, “união”, “participação nos eventos” e tudo isso, são fatores que promovem além da confiança o empoderamento dos atores sociais envolvidos, reforçando que tudo isso seria impossível na situação de isolamento vivida anteriormente à constituição da Afasa.

Uma pesquisa de campo realizada junto aos cafeicultores familiares associados ou não à uma cooperativa no Sul de Minas para analisar o empoderamento dos mesmos revela que,

apesar de apontar diferenças significativas em termos dos preços alcançados pelo café comercializado no Mercado *Fair Trade* (MFT) em relação ao mercado *commodity*, revelou que o que efetivamente os empodera, sob a própria perspectiva dos cafeicultores, é o aspecto cognitivo, ou seja, a noção

da realidade em que vivem e a importância que depositam no ambiente associativo no trabalho de grupo (PEDINI; MACHADO, 2014, p. 476).

A transformação da realidade local foi verificada na associação por meio do empoderamento dos associados. Embora o projeto da associação tenha sido incentivado por outras instituições e eles tenham recebido recursos para investirem na construção da infraestrutura, foi à ação individual dos sócios fundadores que possibilitou a concretização do projeto e todas as conquistas hoje concretizadas só foi possível com o esforço individual e a união dos membros. Com uma infraestrutura comum a todos proporcionando uma comodidade, agregação de valor ao produto e contato entre os associados foi possível a cooperação e a confiança, itens importantes para a união do grupo. Outro fator que revelou o empoderamento dos membros foi a comercialização da produção que possibilitou atingir inclusive o mercado externo. Esta satisfação evidenciada nas entrevistas revelou a situação de desamparo vivida por eles anteriormente e que foi conquistada com o associativismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões em torno do capital social e sua importância no desenvolvimento de uma organização foi comparada com a realidade cotidiana dos associados da Afasa por meio da análise das entrevistas semi estruturadas, na busca por entender se entre os membros existem participação, cooperação e confiança, que são variáveis essenciais do capital social. Baseado no conjunto de resultados foi possível indagar também, se o associativismo promoveu o empoderamento dos atores sociais ali envolvidos.

A Afasa foi constituída com o objetivo de criar uma força conjunta de agricultores familiares, para trabalharem em condições de igualdade ,com acesso a uma infraestrutura adequada para dar suporte necessário aos associados possibilitando a agregação de valor ao produto, acesso ao mercado, com melhores preços de venda e abrangência inclusive ao mercado externo, o que para eles seria impossível individualmente.

Diante desta conquista, ressalta-se que o bom êxito da associação se deve principalmente ao esforço contínuo dos associados o que ficou evidente por meio da percepção da existência de relevante capital social, conforme resultados da pesquisa.

A instrumentalização utilizada na execução da pesquisa, contato direto com os agricultores familiares, realização de entrevistas semi estruturadas e o resgate histórico da evolução da associação, mostraram-se adequados à finalidade proposta quanto à existência de capital social e o empoderamento dos cafeicultores em relação às conquistas individuais e coletivas, possibilitadas pela união em busca dos objetivos comuns em torno desta organização.

A situação de isolamento vivenciada antes da constituição da Afasa, somada à exploração a que eram submetidos diante da necessidade de terceirizar o seu produto, refletiam em suas vidas de maneira negativa, pois além da condição natural de ser pequeno e não possuir uma infraestrutura adequada para agregar valor ao seu produto, eles não conheciam o potencial que tinham para uma produção de qualidade, diante das características naturais do seu meio.

Neste sentido a partir da constituição desta organização e diante dos primeiros resultados que alertaram para uma comparação do que viviam antes e passaram a viver desde então, notou-se a iniciativa por serem participativos e cooperar com os demais membros, possibilitando a geração de confiança dentro da organização. E a partir disso, foi possível verificar a existência de empoderamento, pois o trabalho individual de cada associado

possibilitou que juntos pudessem transformar a realidade vivida e realizar conquistas, antes impossíveis.

Embora eles reconheçam o impulso gerado em sua atividade econômica e qualidade de vida com a existência da associação, percebeu-se a necessidade de uma consolidação da cultura de associativismo entre os mesmos à qual será possível por meio da compreensão de fato de que a associação é um tema que permeia de forma determinante a sustentação dos resultados.

Como foi observado, a composição da diretoria encontra-se fortalecida nos aspectos de produção e comercialização do café, o que limita a participação de um maior número de membros associados e sobrecarregando as responsabilidades dessa diretoria. A criação de subdiretorias possibilitaria contemplar aspectos hoje inviáveis como a diversificação de culturas entre outros temas relevantes para a saúde da associação em seu aspecto de contornar as fragilidades relativas aos períodos de volatilidade de preços do café.

Sugere-se também a criação de uma diretoria dedicada a serviços sociais cujas ações, envolveriam associados com habilidades para desenvolver ações como atividades culturais, desportivas e sociais envolvendo as famílias e a comunidade local. A ampliação da diretoria e conseqüentemente dos cargos, despertaria uma maior inclusão dos membros associados despertando nos mesmos, o sentido de que a associação pertence a todos, com o estreitamento de laços entre as famílias.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. 1998. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan./abr. 1998.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento. In: _____. **O Futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. p. 85-101.
- AGUIAR, C. C.; FERREIRA NETO, J. A. Análise da articulação entre capital social e associativismo: uma abordagem coletivista. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, MG, v. 25, n. 1, p. 159-185, 2014.
- AQUINO, J. A. As teorias da ação social de Coleman e de Bourdieu. **Humanidades e Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 17-29, 2000.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Municípios de Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/index.html?aba=js_tabMacrorregioes&stlMacroregiao=3> . Acesso em: 09 abr. 2017.
- ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO. **Estatuto**. Santo Antônio do Amparo, 2014.
- AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 1-11, nov. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000200006> . Acesso em: 26 mar. 2017.
- BAQUERO, R. V. B. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26722>>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010. 281 p.
- BARNARD, C. **The functions of the executive**. Cambridge: Harvard University, 1938.
- BERGAMIM, M. C. **Agricultura familiar no Espírito Santo**: constituição, modernização e reprodução socioeconômica. 2004. 159 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.
- BERTOSSO, H.; EBERT, P. N. P.; LAIMER, C. G. O Papel da confiança nas redes interorganizacionais evidência empírica em rede de fornecedores. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 15, n. 41, p. 303-334, out./dez. 2017.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 84 p.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 84 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 2.711, de 19 de dezembro de 1860**. Contém diversas disposições sobre a criação e organização dos Bancos, Companhias, Sociedades anônimas e outras, e prorroga por mais quatro meses o prazo marcado pelo artigo 1º do Decreto nº 2.686 de 10 de novembro do corrente ano. 1860a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM2711.htm>. Acesso em: 22 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860**. Contendo providências sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades. 1860b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM1083.htm>. Acesso em: 22 jan. 2018.

BRASIL. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 08 abr. 2017.

BRASIL. **Lei 10.825, de 22 de dezembro de 2003**. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.825.htm>. Acesso em: 18 abr. 2018.

BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em: 23 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011**. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112441.htm>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CARLOS, E.; ZORZAL, E.; SILVA, M. Associativismo, participação e políticas públicas. **Políticas & Sociedade**, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 163-194, out. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1838>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CARVALHO, D. M. Associação e desenvolvimento local: um estudo de caso na Associação dos Produtores de Leite de Águas Belas/PE. **READ. Revista Eletrônica de Administração**, porto Alegre, v. 12, n. 6, p. 663-690, 2006.

CARVALHO, J. G. **Agricultura e questão agrária no Brasil**: condicionantes estruturais da concentração fundiária. 2010. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/agricultura-e-quest%C3%A3o-agr%C3%A1ria-no-brasil-condicionantes-estruturais-da-con>>. Acesso em: 18 maio 2017.

CHALFOUN, S. M. et al. **Validação de um modelo de gestão participativa em uma Associação de Cafeicultores de Economia Familiar de Santo Antônio do Amparo-MG**. 2013. Disponível em: <http://www.sbicafe.ufv.br/bitstream/handle/123456789/7252/120_39-CBPC-2013.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 fev. 2018

CHALFOUN, S. M.; REIS, P. R. História da cafeicultura no Brasil. In: _____. **Café Árábica**: do plantio à colheita. Lavras: U. R. EPAMIG Sul, 2010, p. 21 - 85.

CHIAVENATO, I. **Teoria geral da administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001. v. 1, p. 113-187.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da safra brasileira**: café. 2017. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/18_01_08_09_06_29_cafe_dezembro.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2018.

D'ARAÚJO, M. C. **Capital social**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2010. 68 p.
DUARTE, T. A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). **Relatório da CIES e-Working Paper**, Lisboa, n. 20, 2009. 24 p. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1319/3/CIES-WP60%20_Duarte.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2018.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Destaque melhoria**: boas práticas, ótimos resultados. Detalhes da ação. 2017. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=novosite_melhoracao_acoes_detalhes&id=388>. Acesso em: 01 fev. 2018.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Escritório Regional de Lavras**. Lavras, 2018.

FIGARO, R. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a comunicação no mundo do trabalho. **Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 124-131. maio/ago. 2014.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 309 p.

FUKUYAMA, F. A ideia de confiança: o improvável poder da cultura na construção da sociedade econômica. In: _____. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. p. 17-72.

GANANÇA, A. C. **Associativismo no Brasil**: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. 2006. 144 p. Dissertação (Mestre em Ciências Políticas) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2004.

HANNS R. NEUMANN STIFTUNG. Disponível em: <<https://www.hrnstiftung.org/>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, 2., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. p. 885-506.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário:** 2006: agricultura familiar: primeiros resultados. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 01 maio 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudos e pesquisas:** informação econômica: 2010. Rio de Janeiro, 2012. 178 p. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Tabela com módulo fiscal dos municípios.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

JESUS, R. P. Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). **Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144-170, 2007. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/74.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. A estrutura de produção no campo em 1980. **Revista Perspectiva**, São Paulo, v. 12/13, p. 55-72, 1989/1990.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/viewFile/29498/31358>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar:** comparação internacional. Campinas: Editora UNICAMP, 1993. 336 p.

LEONELLO, J. C. **O Associativismo como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade.** 2010. 145 p. Tese (Doutorado em serviço social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2010.

LIMA, F. A. X.; VARGAS, L. P. Alternativas socioeconômicas para os agricultores familiares: o papel de uma associação agroecológica. **Revista Ceres**, Viçosa, MG, v. 62, n. 2, p. 159-166, mar./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305238433005>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

LOCKE, R. M. Construindo confiança. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 253-281, 2003. Disponível em: <http://www.proppi.uff.br/revistaeconomica/sites/default/files/V.3_N.2_DOSSIER_1_Locke.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

MAGALHÃES, H. A. **Redes sociais e sistema de informação no meio rural.** Brasília: Embrapa, 2011. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/906207/redes-sociais-e-sistema-de-informacao-no-meio-rural>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

- MAIELLO, A. L. D. **Aspectos fundamentais do negócio jurídico associativo**. 2012. 233 p. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MANZINI, E. J. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percurso - NEMO**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 149- 171, 2012.
- MARTINEZ, R. V. **Capital social, participação e cidadania no meio rural: uma perspectiva de gênero**. 2010. 278 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- MATTOS, S. A.; SANTOS, J. Z. V. Participação, comprometimento e satisfação dos associados: uma análise da Cooperativa Mista Vista Gaúcha – COOPERVISTA. In: _____. **Gestão de cooperativas: produção acadêmica da Ascar**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2013. p. 121-140. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos/E_Book2.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2018.
- MINAYO, M. C.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, Métodos e criatividade**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, 108 p.
- PEDINI, S.; MACHADO, R. T. M. Fair Trade: possibilidades de empoderamento de cafeicultores familiares no sul de Minas Gerais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 457-481, abr. 2014. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/392>>. Acesso em: 21 maio 2017.
- PELEGRINI, D. F.; SIMÕES, J. C. Desempenho e problemas da cafeicultura no estado de Minas Gerais: 1934 a 2009. **Campo Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 6, n. 12, p. 183-199, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12095>>. Acesso em: 19 jun. 2017.
- PEREIRA, S. P. **Caracterização de propriedades cafeeiras com relação às boas práticas agrícolas: aplicação das análises de “Cluster” e discriminante**. 2013. 138 p. Tese (Doutorado em Fitotecnia) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.
- PISTORE, A. Genealogia conceitual do capital social nas perspectivas de Bourdieu, Coleman e Putnam. **A Economia em Revista**, Maringá, v. 21, n. 1, p. 37-44, jul. 2013.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 260 p.
- ROMANIELLO, M. M. **Capital social e Accountability em organizações cafeeiras no Sul do Estado de Minas Gerais**. 2009. 144 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2009.
- ROMEIRO, A. R. A difusão mundial do modelo Euro-Americano de agricultura. In: _____. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume, 1998. p. 95-122.
- SABOURIN, E. As Organizações dos agricultores. In: _____. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 79-142.

SCHNEIDER, S. Teoria social, capitalismo e agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. p. 25-77.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Conheça os tipos de associações existentes no Brasil**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-os-tipos-de-associacoes-existentis-no-brasil,1dee438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SOUZA, S. M. C. et al. Avaliação do grau de Conformidade visando à inserção dos cafeicultores na Certificação e Comércio Justo (*Fair trade*). **Coffee Science**, Lavras, v. 8, n. 4, p. 510-518, out./dez. 2013.

TOCQUEVILLE, A. Da associação política nos Estados Unidos. In: _____. **A democracia na América: leis e costumes**. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 2005. cap. IV, p. 219-227.

TONINI, H.; MACKE, J. Confiança e capital social para o desenvolvimento de comunidades rurais, o caso da Aprovale. **RGSA - Revista de gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 99-111, set./dez. 2007.

VERGARA, S. C. Análise de conteúdo. In: _____. **Métodos de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2012. p. 7-16.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, out. 2003.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p. 1-16, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 20., 1996, Caxambu. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%20201996.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

Jornal local ou da comunidade _____

Rádio _____

Televisão _____

Colegas de trabalho _____

Internet _____

WhatsApp _____

Outra _____

11. O que você entende por confiança quando se trata a relação dentro da Associação?

12. Com que frequência, as pessoas nesta associação se ajudam umas às outras?

Sempre ___ Algumas vezes ___ Raramente ___ Nunca se ajudam ___

13. Em que se ajudam?

14. Em que esta ajuda reflete na sua vida?

15. Você acha que existem desentendimentos (conflitos) na Associação? Quais?

16. Nos últimos 12 meses, você trabalhou com outros associados para fazer alguma coisa em benefício da comunidade?

Sim ___ Não ___ O que foi feito?

17. Você acha que as pessoas desta associação contribuem em prol do desenvolvimento da associação (disponibilização de tempo, dinheiro ou outro recurso)? De que forma?

18. Em sua opinião, quais diferenças são mais problemáticas na proximidade dos indivíduos em uma Associação? (nível de escolaridade, social, raça, gênero, etc.)

Você percebe isto na associação?

19. Qual é o maior benefício de se fazer parte deste grupo?

20. Marque com um x os itens que se referem a um encontro com pessoas praticado no último mês:

para conversar, descontrair ____

para praticar algum esporte ____

para jogar ____

para participar de alguma festa ou evento recreativo ____

realizar uma visita no domicílio ____

21. Você acha que possui iniciativas para tomar decisões que possam afetar ou mudar as suas atividades diárias com facilidade? Sim ou não? Porque?

22. Você acha que possui iniciativas para tomar decisões que possam mudar o curso de sua vida? Você já vivenciou alguma situação parecida?

APÊNDICE 2 – AGRUPAMENTO DE QUESTÕES PARA A BUSCA DOS OBJETIVOS.

Variações	Objetivo específico	Agrupamento de Questões relacionadas aos objetivos específicos	
Capital Social	Identificar a existência de participação ou envolvimento dos associados nesta organização.	Qual seu grau de envolvimento na associação?	
		Como se dá sua comunicação com os membros da diretoria?	
		Quais são as fontes de informações que você busca para se informar sobre mercado, economia e política?	
		Em sua opinião, quais as diferenças são problemáticas na proximidade dos indivíduos em uma associação. Você percebe isto na Afasa?	
		Você acha que existem desentendimentos (conflitos) dentro da associação? Quais?	
	Identificar a existência de cooperação ou ação coletiva dos associados nesta organização.	Com que frequência as pessoas nesta associação se ajudam umas às outras?	
		Em que se ajudam?	
		Em que esta ajuda reflete em sua vida?	
		Você acha que as pessoas desta associação contribuem em prol do desenvolvimento da associação? (disponibilização de tempo, dinheiro ou outro recurso). De que forma?	
		Nos últimos 12 meses você trabalhou com outros associados para fazer alguma coisa em benefício da comunidade?	
	Identificar a existência de confiança dos associados nesta organização.	O que você entende por confiança quando se trata da relação dentro da Afasa?	
		Como foi sua inserção?	
		A quanto tempo o senhor(a) está associado à Afasa?	
	Empoderamento	Analisar a percepção de Empoderamento por parte dos associados.	Qual a vantagem de submeter sua produção à Afasa?
			Qual o maior benefício de fazer parte deste grupo?